



ESCOLA informação

# Digital

| n° 12.jan.2017 |



SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA . SPGL

Mais Democracia para as escolas

# Gestão participada Escola melhorada



## Sites e Blogs



### REDEinclusão

<http://redeinclusao.pt/>

e <http://redeinclusao.blogspot.pt/>

A REDEinclusão é um projeto que visa o desenvolvimento da inclusão educativa e social das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade ou marginalização, nomeadamente os que vivem em condições de privação ou abandono, os que são portadores de deficiência ou doenças graves e prolongadas, os refugiados, os que constituem minorias culturais e linguísticas, os que trabalham, os que estão por qualquer razão excluídos de uma educação formal. A criação do Projeto REDEinclusão foi diretamente inspirada pela organização Enabling Education Network (EENET), adotando os seus valores, princípios e estratégias de atuação, mas tem como alvo os países de língua oficial portuguesa.

Visa todos os agentes educativos: pais, professores, auxiliares de educação, técnicos de reabilitação, dirigentes escolares, agentes de desenvolvimento comunitário.

O princípio que o rege é a Educação Inclusiva e adota como definição a que é proposta pela UNESCO: "um processo de encarar e responder à diversidade das necessidades de todos os alunos, através da promoção da participação na aprendizagem, nas culturas e nas comunidades e da redução da exclusão a partir da educação".

No seu *site* podem-se encontrar diversos livros e artigos, desde o livro *Educação Inclusiva Onde Existem Poucos Recursos*, a manuais de apoio, ao livro *Índice para a Inclusão*.

As notícias relativas às atividades podem ser lidas no *blogue*, que é um instrumento de informação sobre e entre a comunidade de prática existente em Portugal.



### Pró-Inclusão - Associação Nacional de Docentes de Educação Especial

<http://proandee.weebly.com/>

A Pró-Inclusão, Associação Nacional de Docentes de Educação Especial, é uma organização profissional de cariz científico e pedagógico, sem fins lucrativos.

A Pró-Inclusão tem por missão principal apoiar a profissionalidade dos docentes de Educação Especial na busca de padrões de excelência e inovação nas práticas, na investigação e nas políticas; de forma a promover uma educação de qualidade no âmbito dos valores da Inclusão dos alunos com Necessidades Educativas Especiais.

No seu *site* está disponível informação sobre legislação, a *newsletter* com notícias várias e publicações sobre educação inclusiva e educação especial diversas, editadas pelo Ministério da Educação.

Sofia Vilarigues



## O estado das nossas escolas

**S**ecundária Alexandre Herculano, Agrupamento Ferreira Dias, Secundária Camões, Conservatório Nacional, Quinta do Conde. Apenas algumas das escolas que nos últimos dias foram notícia por estarem sem as devidas condições de funcionamento. As condições físicas das escolas não garantem o seu bom funcionamento pedagógico. Mas é difícil admitir que este possa acontecer em escolas onde chove ou onde se bate o dente com o frio.

Não adianta nesta matéria dizer que a culpa é do “passado”, mesmo que isso seja verdade. Sem pôr em causa o papel da “Parque Escolar” na requalificação de bom número de escolas, é certo que há que interrogarmo-nos se um maior comedimento na despesa com algumas escolas não teria permitido recuperar outras. Também é verdade que a anulação, no período do governo da direita, de vários concursos previstos, acabou por arrastar escolas para situações de grave decadência. Mas ninguém perdoará ao atual governo do PS se não considerar a recuperação física das escolas degradadas uma tarefa imediata e central. As desculpas com os governos passados, nesta matéria, são sinal de fraqueza. E nós precisamos de um governo e de um ministério da Educação que nos galvanizem com a sua determinação e que não fechem os olhos às necessidades imperiosas. A confiança dos cidadãos tem de continuar a ser um trunfo da geringonça. ■

Miguel André

- 4. Editorial.** José Alberto Marques
- 5. Dossier.** Gestão Democrática das Escolas
  - 6.** Gestão Democrática das Escolas. Que perspetivas?
  - 9.** Onde estamos... onde queremos chegar
  - 15.** A escola democrática: uma tarefa de todos
    - Manifesto pela Democracia nas Escolas
- 16. Cidadania.** Pós verdade ou impunidade da mentira?
- 17. Reportagem.** Que futuro para a música na educação?
- 19. Escola/Professores**
  - 19.** Entrevista. Falar de inclusão
  - 22.** A voz dos professores do 1º Ciclo
  - 23.** Vinculação Extraordinária
  - 24.** Plenário de Docentes Aposentados
  - 25.** Moção
  - 26.** Ler o PISA
- 28.** A Maratona de Cartas na Reynaldo
- 29.** Da Escola aos Direitos Humanos
- 31.** Postais ilustrados do CEBV
- 34. Aos Sócios**
- 38. Consultório Jurídico.** Formas de extinção do vínculo de emprego público (continuação)



ficha técnica:

**Diretor:** José Alberto Marques . **Chefe de Redação:** António Avelãs . **Conselho de Redação:** Luis Viana, Joaquim Veiguinha, Rolando Silva, Isabel Pires . **Redação:** Lígia Calapez (Jornalista). **Fotojornalista:** Paulo Machado . **Design Gráfico e Paginação:** Dora Petinha. **Capa:** Dora Petinha . **Composição:** Fátima Caria . **Revisão:** Lígia Calapez . SPGL . Edição e Propriedade de: **Sindicato dos Professores da Grande Lisboa**, Rua Fiálio de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.



**José Alberto Marques**  
DIRETOR ESCOLA INFORMAÇÃO

## Gestão democrática das escolas

# Virar a agulha para a democracia participativa

**N**o dia 26 de Janeiro, arrancou formalmente a campanha por uma nova gestão democrática das escolas, que vinha sendo preparada há muito pela Fenprof e que constituiu desde sempre uma das suas principais reivindicações.

Iniciou-se com uma conferência de imprensa numa escola de Lisboa onde foi feita a apresentação da campanha à comunicação social e continuou com uma conferência/encontro numa escola de Almada onde o professor João Pinhal apresentou uma comunicação sobre o tema. O SPGL explanou os principais eixos da proposta da Fenprof e os representantes dos grupos parlamentares do PS, PCP e BE clarificaram as posições dos respetivos partidos sobre a questão.

Foi unânime o reconhecimento da necessidade de devolver às escolas um modelo que restaurasse a democraticidade de funcionamento da organização, permitisse a efetiva participação de todos os atores educativos na tomada de decisão das questões estruturantes e assegurasse de novo o primado do pedagógico sobre o administrativo. Para tal é imprescindível reforçar o papel e as competências dos Conselhos Pedagógicos, libertando-os das funções meramente executoras de decisões tomadas noutra esfera.

Ao contrário do que pressupunha o modelo imposto em 2008, uma escola não se gere como uma empresa e uma liderança forte não é sinónimo de uma liderança unipessoal. Uma escola não visa a obtenção de lucro e a redução de despesa a qualquer custo. Visa, isso sim, a prossecução de um serviço público. Por outro lado, uma liderança forte não é aquela que concentra todos os poderes, porta aberta para todo o tipo de abusos e discricionariedades (desde a distribuição de serviço até situações graves de assédio moral), é antes aquela que é aceite e reconhecida através de uma eleição em que participem todos os envolvidos na vida escolar. O recurso a eleição por um “colégio eleitoral” corporizado no Conselho Geral não assegura a plena democraticidade do processo e remete-nos para a “trumpização” do ato eleitoral. É pois essencial que a eleição se processe com a participação de toda a comunidade escolar.

É também essencial que a Direção de uma escola seja assegurada por um órgão colegial e não por um órgão unipessoal: um trabalho de equipa é sempre preferível, não só pela complementaridade enriquecedora dos diferentes papéis atribuídos, como também pelo seu potencial de autorregulação.

É sabido que uma cultura de escola saudável depende principalmente de três dimensões: tipo de liderança, modelo de tomada de decisão e relações interpessoais. Também estas últimas têm sido fortemente afetadas de forma negativa desde 2008, desde logo com a aberrante divisão entre professores titulares e não titulares, com um modelo de avaliação que incentivou a competição e destruiu o trabalho colaborativo, mas também com a criação de agrupamentos e mega-agrupamentos que desumanizaram as relações interpessoais e inviabilizaram um trabalho pedagógico racional e eficaz. Também por isso é fundamental reverter o processo de agregação forçada de escolas, sem outro critério que não seja a redução de despesa. É bom lembrar que a tão louvada Finlândia não tem unidades orgânicas que ultrapassem os 600 alunos.

Por fim, e também relacionado com o modelo de gestão democrática que se defende, é necessário reverter os processos de municipalização existentes, pelo que representam de perda de autonomia pedagógica das escolas, tornando-as reféns de interesses de outra natureza. Para além disso, corre-se o risco de virem a transformar-se em antecâmaras de privatização de uma função social do Estado, pelo que é necessário assegurar que a anunciada descentralização não contenha nenhuma das características negativas que contestamos no processo de municipalização. ■

## Gestão Democrática das Escolas

“O regime de gestão escolar não é um sistema meramente técnico e pedagogicamente neutro. A forma como o poder se organiza nas escolas reflete as finalidades sociais e políticas que se atribuem à Educação e determina as condições, relações e ambiente de trabalho que aí se desenvolvem. Assim se explica que, desde o 25 de Abril, o regime de gestão escolar tenha sido objeto de muitas intervenções e alterações, na justa medida das alterações ocorridas na conjuntura política.”

(FENPROF - Apresentação da Campanha)

# Gestão Democrática das Escolas Que perspetivas?



Dezenas de professores participaram na conferência, promovida pelo SPGL, que teve lugar, dia 26 de janeiro, na Es. Sec. c/3º CEB António Gedeão, em Almada. Um debate/reflexão que contou com as apresentações de João Pinhal, José Alberto Marques e representantes dos grupos parlamentares do PS, BE e PCP. E em que vários professores presentes intervieram ativamente.



Fotos: Felizarda Barradas

## • Lígia Calapez e Sofia Vilarigues

|Jornalistas|

### A proposta da FENPROF

José Alberto Marques, presidente do SPGL, apresentou, em traços gerais, “o modelo que a FENPROF foi construindo”, depois de enquadrar a conferência no quadro de um conjunto de conferências organizadas pelo SPGL. Começou por indagar “**Onde estamos?**” Atualmente, “temos o Decreto-Lei 75/2008 em vigor.” “Do nosso ponto de vista este diploma foi um grave retrocesso no funcionamento democrático da escola”. Limitou a participação dos professores nas decisões pe-

dagógicas e de política educativa. Levou ao quase desaparecimento de processos eleitorais e ao abandono de práticas democráticas colegiais. Concentrou os poderes num órgão de gestão unipessoal. “Já passaram quase 9 anos e achamos que é importante pensar para onde é que deveremos ir”, considerou. “**Onde é que nós queremos chegar?**” A um novo diploma que consagre mais democraticidade; maior participação da comunidade educativa; prevalência dos aspetos de natureza pedagógica sobre os

de natureza administrativa; total elegibilidade dos órgãos; obrigatoriedade de colegialidade na sua constituição; reforço da autonomia das escolas e dos níveis de descentralização; reforço do papel do conselho pedagógico e dos restantes órgãos intermédios; redimensionamento das superunidades orgânicas hoje constituídas, dos (mega)agrupamentos que foram criados. “Então **o que é que nós defendemos?** Defendemos um modelo que deve contemplar estas três vertentes: a rede escolar, a des-

centralização da administração educativa e a autonomia das escolas”, sintetizou.

Quanto à rede escolar é necessário reverter o processo de criação de (mega)agrupamentos de escolas. “Defendemos escolas de média dimensão”. A FENPROF considera a associação de escolas uma solução positiva em determinados contextos, desde que as escolas se possam associar por vontade própria, em função de objetivos educativos e pedagógicos.

Relativamente à descentralização da administração educativa, a FENPROF defende a descentralização (transferir poderes de decisão) de competências para: o nível local e para as escolas, para órgãos próprios, democraticamente legitimados e com adequada representação escolar e comunitária. “A FENPROF defende que seja criado um órgão que tenha autonomia própria e em que todos os intervenientes a nível local possam participar”, o Conselho Local de Educação. Ao nível da escola, a FENPROF propõe 3 órgãos distintos: Conselho de Direção, Conselho de Gestão e Conselho Administrativo. Defende ainda a existência de estruturas pedagógicas intermédias e de outras estruturas como assembleia geral de professores, assembleias de turma, assembleia de delegados de turma, assembleia geral de alunos do ensino secundário, assembleia de pais e encarregados de educação, assembleia do pessoal não docente.

No que respeita à autonomia das escolas, a FENPROF realça a necessidade de “um acréscimo significativo do financiamento do Estado às escolas”, e que deve competir às escolas “decidir sobre a organização dos espaços, tempos e número de alunos por turma” mas “não deve implicar a contratação dos docentes pelas escolas”.

## **Duas perspetivas da escola pública**

Um sobrevoo sobre 40 anos da gestão democrática das escolas



dá-nos, de algum modo, a medida do que se conseguiu, do que se perdeu, do sentido da evolução, das perspetivas. Este foi, nas suas linhas gerais, o conteúdo da apresentação de João Pinhal, do Instituto de Educação, Universidade de Lisboa.

Até meados dos anos 90, a gestão democrática das escolas caracterizava-se pela elegibilidade, colegialidade, dinâmica participativa interna, abertura da escola ao meio (ainda que “um pouco retórica em alguns dos casos”), construção da autonomia (“a autonomia cria-se, constrói-se, não é decretada”), projeto educativo de escola.

Uma realidade que se foi degradando, com a elegibilidade limitada, a ascensão e consagração (em 2008) da gestão unipessoal, uma participação interna muito prejudicada, uma perturbadora intervenção de “todos os implicados no processo educativo”, um projeto educativo do diretor.

Em causa está, na perspetiva de João Pinhal, o confronto entre duas perspetivas de escola pública. Um sistema unitário, como serviço público unificado visando o sucesso para todos. Ou um sistema atomístico-concorrencial, em que se multiplicam es-

colas com projetos particulares, concorrenciais.

A concorrência como modo de gestão do sistema escolar surge como o sentido da evolução que se veio a registar nos últimos anos. Uma pós-democracia gestionária, nas palavras de Licínio Lima, em que a competitividade se assume como princípio-chave. Citando João Barroso, João Pinhal defendeu que o – indispensável – reforço da autonomia da escola não pode ser definido de um modo isolado, e é condicionado pelos poderes da tutela e do poder local, no quadro de um processo de descentralização. Um triângulo Estado-escola-autarquias.

Qual a perspetiva? Uma nova centralidade – a centralidade do território. Tendo em conta, quer a cooperação no sistema escolar público, quer a inserção das escolas nas suas comunidades, com um projeto educativo local.

Como princípio básico – e ao arrepio do processo que se veio instalando nos últimos anos – cooperação e não competição.

## **A palavra aos partidos**

Que palavra têm os partidos políticos a dizer sobre gestão de-

mocrática das escolas? Haverá algumas perspetivas comuns, conceções partilháveis, ideias concretas?

Do que foi dito pelos partidos presentes na conferência – PS (Porfírio Silva), BE (Joana Mortágua) e PCP (Catarina Pinto Ângelo), aqui ficam breves extratos. “A questão do modelo de gestão das escolas radica num ponto fundamental – é impossível conceber uma escola que satisfaça o requisito de educar cidadãos para a democracia se a própria escola não tiver um funcionamento democrático”. Este o ponto de partida da intervenção de Porfírio Silva.

Neste momento o **PS** ainda está em fase de reflexão. Mas há alguns pontos de orientação.

Antes do mais, no que respeita ao debate em torno de diretor/direção, o deputado do PS defendeu que as lideranças não devem ser unipessoais. A direção da escola deve ser uma equipa. “É preciso que a direção da escola seja um reflexo de todas as partes e que todas se sintam devidamente representadas”.

Quanto ao órgão pedagógico, este deverá “ter uma componente de deliberação, no sentido profundo”. É um sítio “onde há decisões para tomar, onde as pessoas são corresponsáveis por essas decisões e onde há espaço de decisão. Onde de facto se constrói pedagogicamente a escola”.

Por outro lado, Porfírio Silva defendeu que “tem que haver um espaço em que se estabelece uma relação produtiva entre a comunidade escolar e a comunidade em que esta se insere, em que a escola se relaciona com a vida do território”.

“Há aqui campos para aprofundar a dinâmica democrática dentro das escolas. Penso, entretanto, que não é voltando à dinâmica anterior que resolvemos os problemas”, considerou. Sublinhando que é bom que haja debate.

“Quando falamos de escola democrática, não falamos apenas de modelo de gestão democrática da escola”, disse Joana Mortágua, do **BE**. “Escola democrática



tem a ver com a função social da escola enquanto instituição na sociedade, enquanto serviço público”.

Citando Paulo Freire, quando diz que “o filho do trabalhador deve encontrar nessa escola (na escola democrática) os meios de autoemancipação intelectual, independentemente dos valores da classe dominante”, Joana Mortágua sublinhou que “esta noção de escola democrática é incompatível com um conjunto de valores que foram introduzidos nas escolas nos últimos anos. Uma escola baseada em *rankings*, centrada em exames, com dualização precoce, com programas feitos para que apenas 30% dos alunos tenham sucesso”.

“A escola democrática é mais do que um modelo de gestão, mas o modelo de gestão facilita, permite ou dificulta a veiculação destes valores na escola”, considerou. Para concluir que este modelo “não está feito para ser um espaço de democracia” e que é fundamental “fazer do pedagógico o coração da escola”.

Catarina Pinto Ângelo lembrou que o **PCP** apresentou um projeto-lei sobre a gestão democrática na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário<sup>(1)</sup> Projeto que corresponderia “às motivações dos professores, nas escolas, dos alunos, de todos os que estão nas escolas”.

Um projeto que se orienta pela Lei de Bases do Sistema Educativo. E que se mantém aberto. “Qualquer opinião é sempre bem-vinda”, frisou.

A representante do PCP lembrou que “tem sido a luta dos professores, dos estudantes, dos trabalhadores, que permite que o que foi conquistado com o 25 de abril não tenha sido ainda anulado”. E sublinhou a importância de outras questões que se prendem com a democratização da escola. “Porque a escola pública constrói-se também com a valorização dos respetivos profissionais”.

<sup>(1)</sup><https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=40864> ■



# Onde estamos...onde queremos chegar

- Quadros: José Alberto Marques
- Notas: António Avelãs

**Conferência**

**FENPROF**  
Federação Nacional dos Professores

**SPGL**  
Sindicato dos Professores do Grande Lisboa

### Gestão Democrática das Escolas Que Perspetivas?

**Onde estamos...**

DL 75/2008 (regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário)

- Grave retrocesso no funcionamento democrático da Escola
- Limitação da participação dos professores nas decisões pedagógicas e de política educativa
- O quase desaparecimento de processos eleitorais
- O abandono de práticas democráticas colegiais
- A concentração de poderes num órgão de gestão unipessoal

**Conferência**

**FENPROF**  
Federação Nacional dos Professores

**SPGL**  
Sindicato dos Professores do Grande Lisboa

### Gestão Democrática das Escolas Que Perspetivas?

**...Onde queremos chegar**

Novo diploma que consagre:

- ✓ **mais democraticidade**
- ✓ **maior participação da comunidade educativa**
- ✓ **prevalência dos aspetos de natureza pedagógica sobre os de natureza administrativa**
- ✓ **total elegibilidade dos órgãos**
- ✓ **obrigatoriedade de colegialidade na sua constituição**
- ✓ **reforço da autonomia das escolas e dos níveis de descentralização**
- ✓ **reforço do papel do conselho pedagógico e dos restantes órgãos intermédios**
- ✓ **redimensionamento das superunidades orgânicas hoje constituídas**

**Conferência**

**FENPROF**  
Federação Nacional dos Professores

**SPGL**  
Sindicato dos Professores do Grande Lisboa

### Gestão Democrática das Escolas Que Perspetivas?

**Mais Democracia para as Escolas**

A FENPROF pretende dar início a um processo de **debate público** que coloque na agenda política a necessidade de rever o atual regime de direção e gestão das escolas, numa perspetiva coerente que englobe:

- ◇ **a rede escolar,**
- ◇ **a descentralização da administração educativa,**
- ◇ **e a autonomia das escolas.**

Maria de Lurdes Rodrigues quis aplicar às escolas um modelo empresarial: um chefe que tudo controla, que escolhe livremente os seus colaboradores, que faz de escola a realização do seu projeto. Não julgemos intenções, constatem os resultados. Os conselhos pedagógicos, numa primeira fase nomeados pelo diretor, com o 137/2012, constituídos por eleitos de entre os candidatos indicados pelo diretor, tornaram-se inúteis, reduzidos a *yes-men* do diretor. A dimensão pedagógica da Escola ficou gravemente diminuída.

O Conselho de Gestão, nomeadamente com a inclusão de elementos exteriores à escola, tornou-se pouco operacional e transformou-se, na maioria dos casos, num apêndice à vontade absoluta do diretor.

Na maioria dos casos, os diretores não foram nem os melhores professores, nem os melhores gestores. São conhecidos casos em que alguém se candidatava a dezenas de escolas, até ficar em alguma. O autoritarismo gratuito predominou.

Queremos os melhores professores, os melhores pedagogos a dirigir as nossas escolas públicas. Só assim elas se tornarão melhores. O debate em curso tem de motivar os melhores de entre nós a assumirem esta difícil mas importante missão.

Conferência



## Gestão Democrática das Escolas Que Perspetivas?

Mais Democracia para as Escolas



### Rede escolar

É necessário **reverter o processo de criação de (mega)agrupamentos de escolas**, pondo fim a unidades orgânicas desumanizadas e sem qualquer racionalidade pedagógica.

26 de janeiro de 2017

Conferência



## Gestão Democrática das Escolas Que Perspetivas?

Mais Democracia para as Escolas



### Rede escolar

Aposta em **escolas básicas e secundárias de média dimensão**. A FENPROF considera a **associação de escolas** uma solução positiva em determinados contextos, desde que as escolas se possam associar por **vontade própria**, em função de objetivos educativos e pedagógicos.

26 de janeiro de 2017

Conferência



## Gestão Democrática das Escolas Que Perspetivas?

Mais Democracia para as Escolas



### Descentralização da administração educativa

A FENPROF defende a descentralização (transferir poderes de decisão) de competências para:

- o nível local
- e para as escolas

para órgãos próprios, **democraticamente legitimados** e com adequada representação escolar e comunitária.

26 de janeiro de 2017

Os agrupamentos tendo como finalidade a eliminação de escolas com muito pouco alunos e sem condições, são de aplaudir. Os mega-agrupamentos, cuja única racionalidade é a económica (com resultados muito discutíveis) são de eliminar. Tarefa gigantesca, mas que é urgente iniciar.

Que competências devem ser transferidas para as câmaras ou, nas grandes cidades, para as freguesias? Têm um papel central, desde que para tal tenham as estruturas necessárias; mas não podem assumir funções que só aos professores competem.

## Gestão Democrática das Escolas Que Perspetivas?

### Mais Democracia para as Escolas

#### Descentralização da administração educativa – Nível local

CONSELHO LOCAL DE EDUCAÇÃO  
[Coordenação Educativa]



26 de janeiro de 2017

## Gestão Democrática das Escolas Que Perspetivas?

### Mais Democracia para as Escolas

#### Descentralização da administração educativa – Nível local

CONSELHO LOCAL DE EDUCAÇÃO  
[Coordenação Educativa]

#### Competências:

- Organização da rede escolar e da rede de transportes escolares;
- Definição da oferta educativa e das áreas vocacionais a adotar no ensino secundário;
- Adoção de componentes curriculares locais;
- Apoio e promoção de atividades de ocupação de tempos livres e extracurriculares;
- Promoção da gestão integrada de recursos comunitários;

26 de janeiro de 2017

Conselho Local: é uma questão controversa. As funções aqui propostas podem ser assumidas pelas autarquias. Qual a vantagem de duplicar órgãos com as mesmas competências? Além disso, como definir a constituição destes conselhos locais?

**Conferência**

FENPROF  
Federação Nacional dos Professores

**Gestão Democrática das Escolas  
Que Perspetivas?**

SPGL  
Sindicato dos Professores do Grande Lisboa

**Mais Democracia para as Escolas**

**Descentralização da administração educativa – Nível Escola**

Propomos 3 órgãos distintos:

- Conselho de Direção
- Conselho de Gestão
- Conselho Administrativo

26 de janeiro de 2017

**Conferência**

FENPROF  
Federação Nacional dos Professores

**Gestão Democrática das Escolas  
Que Perspetivas?**

SPGL  
Sindicato dos Professores do Grande Lisboa

**Mais Democracia para as Escolas**

**Descentralização da administração educativa – Nível Escola**

**CONSELHO DE DIRECÇÃO**  
Docentes (incluindo os elem. das est. ped. intermédias e órgão de Gestão) Pais e Encarregados de Educação Pessoal não docente Alunos ( Ens. Secundário)

**Funções**

**Grandes decisões política educativa e pedagógica**  
Projecto Educativo / Orçamento / Regulamento Interno / Relações institucionais e com a Comunidade

Pedagógico-científica      Sócio-educativa      ...      ...

**Funções**

**Direcção Pedagógica**      **Actividades extra-escolares e culturais. Ligação à comunidade**

26 de janeiro de 2017

**Conferência**

FENPROF  
Federação Nacional dos Professores

**Gestão Democrática das Escolas  
Que Perspetivas?**

SPGL  
Sindicato dos Professores do Grande Lisboa

**Mais Democracia para as Escolas**

**Descentralização da administração educativa – Nível Escola**

**CONSELHO GESTÃO\***  
3 a 5 Docentes [membros por inerência do Conselho de Direcção]

**Funções**

**Gestão nos domínios pedagógico, administrativo e do pessoal**  
Executa / faz executar deliberações do Conselho de Direcção

\*O Conselho de Gestão é um órgão colegial eleito, mediante apresentação de listas, por um colégio eleitoral constituído por todo o pessoal docente e não docente e por representantes dos pais/encarregados de educação e dos alunos, no caso do ensino secundário.

**CONSELHO ADMINISTRATIVO**  
2 elementos Conselho Gestão  
Chefe do Pessoal administrativo

**Funções**

**Área administrativa e financeira**

26 de janeiro de 2017

O regresso a este modelo exige que se reflita sobre a experiência anterior. Sabe-se que uma das causas que facilitou a introdução do modelo do diretor foi o facto de muitas vezes não ter sido possível constituir listas para a gestão. É preciso ter presente que a pretensão de ter nestas listas obrigatoriamente docentes do 1º ciclo e do pré-escolar, nas escolas/agrupamentos em que o seu número é reduzido, torna muitas vezes impossível a constituição das listas e potencia atitudes de boicote.

Ter uma formação especializada em gestão escolar é útil, mas não pode ser obrigatório. A dimensão pedagógica deve prevalecer sobre a formação dita “especializada”.



## Gestão Democrática das Escolas Que Perspetivas?



### Mais Democracia para as Escolas

#### Descentralização da administração educativa – Nível Escola

##### Estruturas pedagógicas intermédias

Estas são **estruturas vitais para a dinamização pedagógica do quotidiano escolar** porque são um espaço de **participação e intervenção mais próximo dos problemas e dos projetos a desenvolver.**

26 de janeiro de 2017



## Gestão Democrática das Escolas Que Perspetivas?



### Mais Democracia para as Escolas

#### Descentralização da administração educativa – Nível Escola

Principais **competências** dessas estruturas pedagógicas:

- Contribuir para a elaboração do projeto educativo, do plano anual de atividades, do regulamento interno e da proposta de orçamento;
- Planificar, programar e coordenar as atividades educativas;
- Intervir na avaliação do desempenho dos professores e educadores;
- Contribuir para a definição de critérios para constituição de turmas e elaboração de horários;
- Eleger**, de entre os seus membros, o coordenador da respetiva estrutura.

26 de janeiro de 2017



## Gestão Democrática das Escolas Que Perspetivas?



### Mais Democracia para as Escolas

#### Descentralização da administração educativa – Nível Escola

##### Outras estruturas

Valorizando a participação democrática de todos os intervenientes diretos na vida da escola:

**Assembleia geral de professores** (emitir opiniões no domínio da política educativa; refletir sobre o sucesso e as causas do insucesso escolar; tomar posição no domínio da avaliação das atividades desenvolvidas em cada ano escolar; decidir sobre o número e a composição dos departamentos curriculares;...)

**Assembleias de turma** (constituídas por todos os alunos de uma mesma turma)

**Assembleia de delegados de turma**

**Assembleia geral de alunos do ensino secundário**

**Assembleia de pais e encarregados de educação**

**Assembleia do pessoal não docente**

26 de janeiro de 2017

Restituir ao Conselho Pedagógico o seu papel crucial na escola!  
Incentivar os professores a escolherem o melhor de entre eles para coordenar o departamento. Retomar a alegria de participar de facto na vida da escola!  
Tornar a escola mesmo uma democracia!

É necessário que todos estes órgãos funcionem com regimentos muito claros, de modo a evitar abusos de poder, ou “golpadas”. Mas o seu funcionamento deve tornar-se um momento de aprendizagem democrática.

Conferência



## Gestão Democrática das Escolas Que Perspetivas?

Mais Democracia para as Escolas



### Autonomia das escolas

#### Quatro condições essenciais:

- ❖ A consagração de **margens de liberdade**, para os ajustamentos ao nível local (normativo geral);
- ❖ Um **acréscimo significativo do financiamento** do Estado às escolas (projetos educativos orientados para uma melhor educação e maiores índices de sucesso escolar);
- ❖ A atribuição às escolas de uma **bolsa de horas de redução da componente letiva** (escolas possam encontrar um caminho de sucesso escolar e educativo para os seus alunos);
- ❖ A criação de **condições de efetiva participação nos órgãos de direção e gestão** da escola/associação, para todos os intervenientes, **ajustadas à especificidade da sua participação**.

26 de janeiro de 2017

Conferência



## Gestão Democrática das Escolas Que Perspetivas?

Mais Democracia para as Escolas



### Autonomia das escolas

Defendemos que **deve competir às escolas**:

- **decidir sobre a organização dos espaços, tempos e número de alunos por turma.**
- **definir a composição e as competências das estruturas de gestão intermédia;**
- **definir o seu modelo de organização**, com vista ao desenvolvimento do seu projeto educativo e do processo de ensino-aprendizagem, de modo a que estes promovam a consecução dos objetivos gerais e específicos aprovados pelas escolas;
- **tomar decisões curriculares**, tendo em conta os contextos sociais, culturais e económicos e a sua adequação ao nível pedagógico e administrativo (sem pôr em causa o currículo nuclear nacional);

26 de janeiro de 2017

Conferência



## Gestão Democrática das Escolas Que Perspetivas?

Mais Democracia para as Escolas



### Autonomia das escolas

Defendemos que **a autonomia das escolas não deve implicar**:

- a contratação dos docentes pelas escolas** (ou pelos municípios);
- a livre seleção dos alunos pelas escolas;**
- a dotação global de um orçamento às escolas, que inclua despesas com pessoal;**
- a atribuição às escolas de personalidade jurídica para efeitos de recurso a créditos bancários**, numa lógica de autofinanciamento.

26 de janeiro de 2017

Mãos à obra, que se faz tarde! Resgatar as escolas do modelo empresarial a que as submeteram. As escolas ficarão bem melhor com uma gestão democrática e participada. Participe no debate público lançado pela FENPROF, potencie o debate na sua própria escola.



# A escola democrática: uma tarefa de todos

**21** personalidades, incluindo alguns diretores de escola/agrupamentos, lançaram um manifesto defendendo a necessidade de uma maior democracia nas nossas escolas, nomeadamente propondo a alteração do atual modelo de gestão, que Maria de Lurdes Rodrigues impôs aos docentes e que Nuno Crato consolidou, embora alterando-o pontualmente.

No encontro posteriormente promovido pelos signatários na Escola Secundária Dona Leonor (em Lisboa), com a presença de meia centena de pessoas, foi fo-

calizada a ideia de que a democratização da escola não depende só de um novo modelo de gestão. Implica que a sua vivência quotidiana seja um exercício prático de democracia, pois só assim se formarão cidadãos empenhados no aprofundamento da vida democrática.

Foi também defendida a necessidade de repensar os projetos educativos, de modo a que eles contribuam para o sucesso de todos os alunos, respeitando as suas diferenças e ritmos de aprendizagens. As áreas “transversais” merecem ser recuperadas para que a escola se torne mais inte-

ressante e motivadora. Para tudo isto, considerou-se ser necessário aprofundar o conceito de autonomia das escolas, entendendo-se que atualmente ela é de facto inexistente.

Ficou projetado que este grupo, entretanto alargado, se dedicaria a aprofundar as exigências de uma escola democrática, aberta à participação da comunidade.

A democratização das escolas, nomeadamente da sua gestão, implica o envolvimento dos sindicatos, mas também destes movimentos, para se alargar a toda a sociedade. ■

## Manifesto pela Democracia nas Escolas

Este ano comemoramos quarenta anos da aprovação da Constituição da República Portuguesa e trinta anos da Lei de Bases do Sistema Educativo, documentos estruturantes da nossa Democracia.

Com o 25 de Abril, em todo o território nacional, as escolas foram, com dinâmicas e especificidades várias, um dos espaços onde de forma mais expressiva e alargada se aprendeu e viveu a experiência da participação democrática. Esse caminho de aprendizagem envolveu todos os seus actores – docentes, alunos, pais e encarregados de educação, funcionários, cidadãos e cidadãos empenhados – e teve os seus momentos altos, oscilações e também desencantos.

Depois de uma inovadora e inédita experiência de autogestão, o modelo de gestão democrática das escolas foi adquirindo maturidade, designadamente através da

eleição dos Conselhos Directivos e do envolvimento dos diferentes actores educativos.

Apesar dos princípios consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo, assistimos a uma crescente desvalorização da cultura democrática nas escolas e à anulação da participação colectiva dos professores, dos alunos e da comunidade educativa. Verificou-se, pelo contrário, uma tendência para a sobrevalorização da figura do(a) director(a) de escola ou de agrupamento de escolas, sendo, ao mesmo tempo, subalternizado o papel de todos os outros órgãos pedagógicos, e desencorajada a participação de outros elementos da comunidade escolar. Esta situação é igualmente reveladora da erosão da identidade de cada escola quando esmagada pelo peso da estrutura de direcção unipessoal de governo dos agrupamentos.

Quatro décadas passadas, vale a

pena continuar a lutar pela Escola Pública, enquanto lugar de aprendizagem para todas e todos e paradigma de construção de uma cidadania democrática. A Democracia é o pulmão do nosso Estado de Direito, não deve ser apenas ensinada pelos manuais, mas exercida e vivida em cada espaço colectivo, a começar pelo trabalho quotidiano das turmas de cada escola.

Quanto mais democrática, participativa e inclusiva for a Escola, melhor será o futuro da Democracia. Neste sentido, lançamos um apelo para um amplo debate por um modelo de direcção e gestão alternativo, condição de uma Escola Pública com qualidade democrática, científica e pedagógica, capaz de compatibilizar os desafios da aprendizagem para todos e todas com práticas inovadoras de cidadania crítica e emancipatória. ■

# Pós verdade ou impunidade da mentira?

Joaquim Jorge Veiguiña

**N**a fase culminante do processo de candidatura de António Guterres a secretário-geral das Nações Unidas surgiu uma falsa conta no *Twitter* que anunciava que o embaixador russo na ONU lhe concedia apoio. A notícia foi difundida por diversos *media* norte-americanos, transformando-se numa espécie de verdade oficial. Perante o desmentido do embaixador, o falso Guterres era, afinal, um ativista italiano que se justificou com uma ‘boa’ intenção: mostrar como era relativamente fácil criar um facto falso como se fosse verdadeiro. Em 20 de dezembro do ano passado, o *site* ‘*AWDNews*’ divulgou uma falsa notícia em que, perante a alegada iminência do Paquistão se juntar ao Estado Islâmico na Síria, Moshe Yalon, ex-ministro da Defesa de Israel, teria afirmado que Israel estaria disposto a destruir o Paquistão com um ataque nuclear. Mas foi a campanha eleitoral do novo Presidente norte-americano, Donald Trump, o grande viveiro das falsas notícias nas redes sociais, o que não deixou de ter certamente influência na sua inesperada vitória: o Papa pediu aos católicos para que votassem em Trump para que “a América fosse forte e livre”, Bill Clinton abusou de uma menor de 13 anos e, já no desfecho da campanha, Hillary Clinton surge associada a várias mortes, de que se destacam a de um agente do FBI que a investigava e a de um empregado do Partido Democrático que iria testemunhar contra ela perante um juiz. Em 2016, o Oxford Dictionary introduziu uma nova palavra no vocabulário anglo-saxónico, *post-truth*, em português “pós-verdade”, que significa “referir ou denotar circunstâncias em que os factos objetivos são menos influentes na modelação da opinião pública do que os apelos à emoção e às crenças sociais”. A palavra já

existia há muito tempo, tendo sido utilizada por Jonathan Swift, autor das ‘Viagens de Gulliver’, no século XVIII, e por Oscar Wilde, no século XIX, que acusavam os políticos da sua época de mentir incessantemente. E não é verdade que o ministro da Propaganda da Alemanha nazi dizia qualquer coisa como isto: “uma mentira repetida muitas vezes acaba por se tornar uma verdade?”. Então, o que é novo não é o vocábulo pós-verdade, mas a sua definição pelo Oxford Dictionary: o que era considerado, mesmo por Goebbels, como mentira, surge definitivamente como uma verdade de espécie diferente, com o mesmo estatuto ou mesmo um estatuto reforçado em relação à verdade ‘tradicional’ que acaba por surgir, tristemente, como uma espécie de dinossauro em vias de extinção.

*Facebook*, *Twitter*, *Google*, as redes sociais em geral surgem como os novos agentes de fabricação da mentira, agora entendida como ‘pós-verdade’. Isto é tanto mais preocupante quanto mais pensarmos que a divulgação de falsas notícias como as relativas ao comportamento do casal Clinton e às afirmações de Moshe Yalon podem, pela sua gravidade, ter consequências sociais e políticas extremamente perniciosas se não forem prontamente desmentidas, que, salvo raras exceções, geralmente, não são. O universo dos novos *media* favorece o novo tipo de impunidade da mentira: no *Facebook* e noutros da mesma espécie não há uma estrutura jornalística profissionalizada que se responsabilize pela veracidade das notícias difundidas, pois estas são automaticamente selecionadas por um algoritmo programado para medir o maior ou menor grau de interação com os leitores. Não surpreende então que a escolha não recaia sobre as notícias verdadeiras – o processo mental para fundamentar a veracidade dos factos é muito moroso e só pode ser

assumido por profissionais deontologicamente preparados que se não compadecem com o *ready made* das redes sociais – pois, para os ‘novos’ públicos consumidores narcísicos do lixo pós-mediático, não é, no fundo, a verdade ou a mentira, mas o circo, o espetáculo, o *show-off* que realmente interessam. Com o declínio dos *media* tradicionais, a informação perdeu a sua autonomia específica porque deixou de distinguir-se do entretenimento. Mais grave ainda é o facto de que a alegada ‘pós-verdade’ inquina a política entendida como debate e argumentação de ideias e programas para intervir na sociedade e favorece, em contrapartida, os *slogans* e apelos irracionais, a difusão da xenofobia, racismo e sexismo, como sucedeu na campanha de Trump, como se tal fosse algo de normal, mais uma ‘opinião’ de igual validade relativamente a outras colocadas no mesmo plano, pois encontra eco num grande número de ‘consumidores’ predispostos de notícias falsas.

Perante esta situação, não bastam as promessas de Zuckerberg de que irá tomar medidas para detetar com maior eficácia e rapidez os utilizadores com falsos perfis, melhorar o sistema de avisos ou alertas na rede para denunciar as notícias falsas e utilizar agentes mediáticos com credibilidade profissional para fazer a triagem da informação. Embora estas medidas sejam importantes, nada poderá substituir o papel imprescindível do jornalismo sério e responsável, da chamada ‘imprensa tradicional’, na divulgação e controlo das notícias, como fatores de intervenção social e não como entretenimento pueril. Como verdadeiro ‘fanático’ do papel impresso, o autor destas linhas aproveita esta oportunidade para saudar os jornalistas reunidos de 12 a 15 de janeiro no seu 4º Congresso. Só eles poderão, de facto, fazer a diferença. ■





## Que futuros para a música na educação?

Que caminhos para a música, na escola, no quadro de uma escolaridade obrigatória de 12 anos? Que novas formas de aprender música no século XXI? Que práticas e que investigação há nesta área? Estas e outras questões estiveram no cerne do Encontro Nacional promovido pela APEM, no passado dia 26 de novembro, na Gulbenkian, e que englobou três conferências, três *workshops*, uma mesa redonda e um *workshop/concerto*.

Aqui se tenta dar breve síntese da riqueza das intervenções e debates que marcaram este encontro. Debates que a APEM promete prosseguir, em novas iniciativas.

Lígia Calapez  
Jornalista

### A música precisa de justificação?

Para Chris Philpott, vice-reitor e professor associado de Educação Musical na Faculdade de Educação e Saúde da Universidade de Greenwich, Londres, o gosto pela música começou num coro masculino, com banda de sopros, de uma terra de minas de carvão. Foi “uma aprendizagem por osmose”. Aprender música pelo prazer da música.

E é este valor da música, por si mesma, que Chris Philpott defende, como razão que baste para a potenciar nos currículos escolares. Ao arrepio das muitas justificações que têm vindo a ser invocadas em defesa da sua inscrição nos currículos, em tempos em que, na escola, não se favorecem as artes. Ao arrepio da ideia veiculada e redutora de que “a música é boa para ti”.

Chris Philpott contesta esta forma *soft* de argumentação, a vários níveis.

Antes do mais, a própria ideia da necessidade de justificação. Seja ela instrumental, terapêutica ou pelo impacto no êxito das aprendizagens curriculares. Não considerar o valor da música “por seu próprio direito”, como área de

conhecimento, coloca-a numa posição subsidiária em relação às disciplinas encaradas como *hard*.

Por outro lado - sublinha - a música não pode ser simplesmente vista como “boa para ti”. A música “raramente é neutra” e envolve um significado complexo, mais amplo. É parte da vida. Há uma relação entre a música e a sociedade. Pode ser tribal (e muito elitista na sua abordagem), pode ser manipuladora, pode até ser perigosa, também é propaganda e não está imune às ideologias. Reflete estruturas sociais.

Questões como – qual a natureza do conhecimento musical, como é construído o significado da música, o que significa compreender música – são relativamente pouco desenvolvidas.

Desmontado o discurso *soft*, Chris Philpott defende o aprendizado do ensino da música - como um sistema linguístico, forma singular de comunicação e expressão através do som – mediante uma “pedagogia sofisticada e subtil”, a pedagogia crítica.

Na lógica da pedagogia crítica, são os próprios alunos que trazem a matéria a trabalhar, envolvendo-se assim, à partida, no seu aprendizado. Haverá tensões inevitáveis, também mercê da multiplicidade de diferentes culturas. Mas, a partir desse material e desse envolvimento, é possível trabalhar a música

como uma linguagem, criar redes de significado musical.

### Da narração de experiências à reflexão

“Parece existir um espaço vazio” entre académicos e professores. “Uma espécie de zona obscura, onde o diálogo é quase impossível”. Para colmatar este fosso e “delinear pontes possíveis entre estes dois mundos”, Ana Luísa Veloso, bolsista de pós-doutoramento no CIPEM/NET-md, defende o envolvimento dos professores na investigação. “Conceptualizar a investigação a partir da prática e da ação pedagógica”.

Como? Através da escrita, recorrendo à autobiografia e à narrativa “enquanto forma de reflexão sobre o Eu pessoal e profissional”. E ainda “como um passo decisivo para que os professores reencontrem a sua voz e a projetem” no mundo profissional, académico e político.

Na verdade, considera a investigadora, os professores já fazem investigação. Trata-se, sobretudo, de esta assumir um caráter sistemático e intencional. Com o objetivo de construir conhecimento num contexto de experiência vivida.

A proposta de Ana Luísa Veloso passa pela escrita de uma narrativa autobio-

gráfica, pela elaboração de uma espécie de “diários de bordo”, juntando notas, pequenas histórias, palavras-chave, poemas, reflexões. Sempre numa perspetiva individual e não meramente descritiva. Para, a partir daí, encontrar padrões, temas, interpretar, dar significado às experiências.

Um trabalho que não se deverá ficar pelo esforço individual ou tão pouco meramente teórico. Trata-se de partilhar experiências e ideias, criar “grupos de conversa”, comunidades de práticas, sair do isolamento. E, naturalmente, transformar este conhecimento em ação transformadora no contexto das escolas e salas de aula.

## O lugar da música no currículo escolar

“O lugar da música no currículo da escolaridade obrigatória”, foi o tema da mesa redonda em que participaram dois professores de música – Maria João Magno e Paulo Muiños, uma investigadora do CIPEM (Centro de Investigação em Psicologia da Música e Educação Musical) – Graça Mota, um diretor de escola (Agrupamento de Escolas de Benfica) – Manuel Esperança, e um político (Secretário de Estado da Educação) – João Costa.

Um momento rico em debate de ideias e perspetivas. Em que todos coincidiram no destaque – sob formas diversificadas – da importância da música em si. Simplesmente - e não é pouco - como uma área que, tal como as outras, tem “uma forma única de ler o mundo, criadora de significados”, como salientou Graça Mota.

Para isso, como foi referido pelos professores envolvidos neste debate, a música precisa de mais espaço, de começar cedo e de ser trabalhada com grupos de menos alunos. De ser promovida através de projetos.

A importância dos projetos - e da área projeto -, foi igualmente valorizada pelo diretor do Agrupamento de Escolas de Benfica, que esboçou um breve historial da presença das áreas das expressões nas escolas e destacou a necessidade de “falar mais uns com os outros”, de um ensino articulado.

João Costa foi crítico em relação a uma

orientação do mundo e do sistema educativo para a produção de riqueza em que a dimensão atitudes/valores não acompanha o crescimento científico, considerando que uma verdadeira “escola de sucesso leva os que têm menos a terem mais”. Defendeu algumas orientações, como - a definição do perfil de competências à saída da escola, a flexibilidade do currículo escolar (por cada escola), a articulação trabalho de projeto-trabalho interdisciplinar, o cruzamento de áreas, a permeabilidade entre percursos. E salientou a necessidade de um ensino com uma “base forte humanista”.

## Uma perspetiva ética inclusiva

Na complexa realidade das sociedades de hoje, “cada professor deve ser um inovador”, considera Heidi Westerlund, professora na Academia Sibelius, Universidade de Artes de Helsínquia, Finlândia. Repensar as práticas musicais é essencial, em sociedades cada vez mais ecléticas, mercê da tecnologia, mobilidade e imigração. Um mundo em que a música está omnipresente, em particular na vida dos jovens, mas em que “estudar música deixou de ser visto como capital cultural importante”.

Uma situação que poderá ser superada, como defende Heidi Westerlund, tendo a “coragem de renarrar as nossas práticas a partir de uma perspetiva ética inclusiva, lendo os sinais de mudança e aprendendo com os nossos alunos”.

É nessa perspetiva que se insere a iniciativa da ArtsEqual.

### ArtsEqual

O projeto de investigação ArtsEqual, coordenado pela Universidade de Artes de Helsínquia, analisa as artes como serviço público, tendo como ponto de partida a igualdade, e explora como as artes podem enfrentar os desafios sociais da década de 2020.

<http://www.artsequal.fi/>

O ponto de partida é a necessidade de transformar sistemas à medida que a própria sociedade muda, se amplifica a diversidade cultural e surgem formas

## APEM

A Associação Portuguesa de Educação Musical, APEM, é uma associação de caráter cultural e pro-



fissional, sem fins lucrativos e de utilidade pública, que tem por objetivo o desenvolvimento e aperfeiçoamento da educação musical, quer como parte integrante da formação humana e da vida social, quer como uma componente essencial na formação musical especializada.

[www.apem.org.pt/](http://www.apem.org.pt/)

culturais híbridas. Ao arripio de uma polarização que alimenta fundamentalismos e radicalismos (como já alertara o sociólogo espanhol Manuel Castells), importa apostar na necessária mudança recriando um novo equilíbrio. Pensar a profissão de uma perspetiva mais ampla.

O projeto ArtsEqual, coordenado pela Universidade de Artes de Helsínquia, assume exatamente essa perspetiva. O seu objetivo é analisar, de forma crítica, os mecanismos que produzem desigualdade, alimentando a utopia de fazer a diferença a nível das interações sociais. Começando – a nível da música – por questionar: a educação artística é para as pessoas em geral ou apenas para o mundo artístico? E se a igualdade fosse o ponto de partida?

Em causa está avançar com perspetivas alternativas, numa sociedade em mudança, numa escola multicultural. Abrir novas oportunidades onde elas falham. Assumir a responsabilidade social e a inclusão social como valores fundamentais. Apostar num modelo - não apenas direcionado para a formação de professores e para quem tem talento – mas aberto a todos. Onde caíam as diferentes culturas, as crianças com dificuldades, os idosos. Um modelo verdadeiramente inclusivo.

Para Heidi Westerlund “temos de responder a estes desafios de forma colaborativa, usando a nossa imaginação e desenvolvendo uma atitude ativista como educadores”. ■



# Falar de inclusão

## I Entrevista com Maria de Lurdes Martins I

A FENPROF promoveu um conjunto de iniciativas em torno de “falar de inclusão”. Para falar dessas iniciativas, da perspetiva do SPGL sobre o que é uma escola verdadeiramente inclusiva, das questões mais sentidas pelos professores, ou ainda das alterações que a FENPROF propõe ao decreto-lei 3/2008, fomos entrevistar Maria de Lurdes Martins, responsável, no SPGL, pelo sector de Educação Especial.

Lígia Calapez  
Jornalista



**A FENPROF promoveu um conjunto de iniciativas em torno de “falar de inclusão”. Que aspetos podemos destacar?**

As iniciativas em torno de “falar de inclusão” enquadram-se num projeto mais amplo, iniciado no ano letivo de 2015/16, no qual a FENPROF, em parceria com a Confederação Nacional de Organismos de Deficientes (CNOD) e com o cofinanciamento do Instituto Nacional para a Reabilitação (INR), desenvolveu um vasto conjunto de atividades.

Este projeto envolveu aspetos relacionados com o trabalho dos docentes com deficiência no desenvolvimento do sistema educativo, tendo-se realizado um Encontro Nacional de Docentes com Deficiência, no dia 21 de Novembro de 2015, em Lisboa, do qual saiu

uma carta reivindicativa denominada “Propostas para uma escola que respeite e inclua todos os seus professores independentemente das diferenças”.

Após este Encontro Nacional, surgiu uma nova parceria para um Estudo sobre as condições de trabalho dos docentes com deficiência com o Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH), o qual será realizado no presente ano letivo.

No ano de 2016 a FENPROF, em parceria com a Confederação Nacional de Organismos de Deficientes (CNOD) e o cofinanciamento do Instituto Nacional para a Reabilitação (INR), desenvolveu o projeto “Docentes com Deficiência. Igualdade no acesso e nas condições de trabalho”. Este projeto continuou nos meses de outubro e novembro com o levantamento das condições de traba-

lho dos docentes com deficiência que participaram no Encontro Nacional de 2015, encontrando-se neste momento na fase final o tratamento dos dados das entrevistas.

Ao longo dos meses de Maio e Junho foram também realizados debates/ações de sensibilização com alunos surdos e ouvintes sobre inclusão escolar e social de surdos. Neste contexto realizou-se, na Escola Secundária D. Pedro V, um debate dinamizado pelo Sindicato de Professores da Grande Lisboa, SPGL, onde as questões da inclusão foram amplamente discutidas. A língua, a cultura, a religião, a condição social, a deficiência, são diferenças com as quais a comunidade educativa está envolvida no seu quotidiano e com as quais tem que lidar, permitindo a todos a igualdade de oportunidades e a equidade.

O projeto englobou ainda iniciativas no mês de Dezembro, nomeadamente nas datas comemorativas do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência (3 de Dezembro), da Declaração Universal dos Direitos Humanos (10 de Dezembro) e da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (13 de Dezembro).

Neste contexto realizou-se, no dia 5 de dezembro, promovida pelo Sindicato de Professores da Grande Lisboa, SPGL, a iniciativa “Afinal o que é a Deficiência”, na qual Daniel Santos, portador de Paralisia Cerebral, numa atitude de grande descontração e rigor intelectual, desmistificou as questões da diferença e da deficiência, proporcionando um amplo debate, com muita interação e motivação, por parte da plateia de alunos, professores e convidados. Ficou claro que diferentes somos todos e que a deficiência está na forma como observamos o outro e utilizamos um conceito que categoriza os indivíduos com uma intenção discriminatória.

### **Na perspetiva do SPGL, o que é uma escola verdadeiramente inclusiva? E o que deverá ser feito nesse sentido?**

Uma escola inclusiva é uma escola que seja equitativa, que dê a todos os alunos a oportunidade de aprender e a ter uma plena inclusão social e profissional, é uma escola que seja igualitária e não discriminatória, uma escola para todos e para cada um independentemente da

**“a deficiência está na forma como observamos o outro e utilizamos um conceito que categoriza os indivíduos com uma intenção discriminatória.”**

sua condição, física, social, cultural ou religiosa. É a escola integrada na sociedade inclusiva onde todos tenham a possibilidade de obter sucesso - sucesso na educação, na transição para a vida pós escolar, na inserção profissional, na fruição cultural, desportiva, de lazer e em toda as dimensões da sua vida.

Esta é uma realidade que está longe da que vivemos em Portugal, onde as estatísticas mostram que cerca de 75% das pessoas com deficiência estão desempregadas e que o risco de pobreza entre as mesmas é cerca de 25% superior ao da restante população.

Para tornar as escolas mais inclusivas é necessário dotá-las de mais e mais eficientes recursos humanos e materiais. É necessário reforçar e melhorar a formação de professores, quer na formação inicial quer na formação contínua, habilitando-os conceitualmente e tecnicamente para o reconhecimento da diversidade individual.

É necessário adotar uma filosofia educativa que tenha como base os conceitos de inclusão, equidade e igualdade, só passível de implementar com uma maior autonomia das escolas e uma conceção curricular mais aberta, uma política de formação inicial e contínua adequada, um sistema organizacional que contemple as verdadeiras necessidades da escola e lideranças mais democráticas que oiçam e considerem as opiniões de toda a comunidade educativa.

É necessário refletir sobre os aspetos da inclusão e da equidade e questionar se - ao nível da esfera política, económica, e das práticas sociais - essa é uma questão consolidada. Na minha opinião não o é, muito há para fazer nesse contexto. O que implica meios financeiros, convicções, alteração de mentalidades e vontade política.

### **Falar de Escola Inclusiva passa também pela inclusão dos professores com deficiência. Que passos estão a ser dados nesse sentido?**

Nas escolas, quando se fala de inclusão, pensa-se normalmente nos alunos, esquecendo-se a situação dos professores com deficiência, com condições agravadas devido às suas necessidades

específicas.

Temos nas escolas, profissionais, docentes e outros técnicos que apresentam dificuldades, motoras, auditivas ou visuais, não estando as escolas preparadas para os incluir. Existem barreiras físicas, falta de meios técnicos, preconceitos e barreiras sociais agravados por constrangimentos economicistas que condicionam os investimentos necessários à inclusão.

No sentido de valorizar as condições de trabalho de todos os docentes, incluindo os que apresentam algum tipo de deficiência, a FENPROF, em colaboração com a Associação Portuguesa de deficientes (APD), a Associação Portuguesa de Surdos (APS), a Associação Portuguesa de Cegos e Ambliopes de Portugal (ACAPO) e a Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes (CNOD), elaboraram uma carta reivindicativa, onde se avança com um conjunto de propostas com vista à melhoria e dignificação das condições de trabalho destes docentes, das quais se salienta:

- a exigência de melhorias nos horários de trabalho, na colocação em escola próximo da residência, bonificação na aposentação para os docentes com incapacidade superior a 60%;
- a eliminação das barreiras físicas para os docentes com dificuldades motoras;
- a eliminação das barreiras de informação e comunicação, com a existência de computadores adaptados, documentos aumentados e apoios técnicos à leitura, assim como garantia de coadjuvação, atividade numa única escola caso se trate de agrupamento, e existência de materiais em Braille e /ou formato digital para os docentes cegos ou com baixa visão;
- a criação do grupo de recrutamento de Língua Gestual Portuguesa para os docentes que possuam licenciatura em Língua Gestual Portuguesa.

### **Como analisa o relacionamento do professor(a) de Educação Especial com os outros(as) professores(as) no contexto da escola?**

Os docentes de Educação Especial e os docentes do ensino regular interagem de forma colaborativa e interativa,

procurando sempre as estratégias mais adequadas a cada aluno. Por parte dos professores do ensino regular, é frequente o reconhecimento das suas dificuldades em encontrar as estratégias e metodologias que lhes inspirem a convicção de eficiência, assinalando que não lhes foi proporcionada formação inicial e contínua para trabalhar eficazmente com todas as problemáticas, que o elevado número de alunos por turma dificulta o trabalho com estes alunos, que a falta de apoios em contexto de sala de aula impossibilita a verdadeira inclusão, principalmente para aqueles que apresentam problemáticas mais graves. Os docentes do ensino regular sentem-se também impossibilitados de colocar em prática a diferenciação pedagógica necessária à inclusão dos alunos com NEE nas turmas do ensino regular, uma vez que a excessiva normalização do processo de ensino aprendizagem, a preocupação com os resultados, com os rankings, com a uniformização dos resultados, com os exames nacionais, são um entrave a esse processo.

Os professores do ensino regular e da Educação Especial sentem também a necessidade de ter mais tempo na sua componente não letiva, para preparar as atividades e todo o processo de ensino/aprendizagem destes alunos de forma articulada.

### Qual o panorama da formação de docentes do ensino especial?

A formação contínua gratuita na área da Educação Especial é inexistente. Existem centros de formação que proporcionam formação, mas nem sempre é assegurada a qualidade científica e pedagógica da mesma. A consolidação da inclusão exige um verdadeiro investimento na educação, nomeadamente ao nível da formação. Só com formação gratuita e de qualidade para todos os professores se mudam práticas e mentalidades capazes de viabilizar um exercício profissional em contexto de inclusão.

### Que alterações propõe a FENPROF ao decreto-lei 3/2008?

A FENPROF concorda com a revisão

do decreto-lei 3/2008, considerando-o redutor para os objetivos da escola inclusiva ao rotular as Necessidades Educativas como Permanentes.

Na generalidade a FENPROF identifica-se com a conceitualização apresentada no Relatório de Progressos apresentado pelo grupo de trabalho constituído pelo despacho nº 761/2016, a ideia de escola inclusiva onde todos e cada um encontram as respostas para aprender, construir competências e desenvolver capacidades, independentemente da sua situação pessoal, social e cultural ou económica. Contudo este é um desafio que exige vontade política, com alterações significativas na organização do sistema educativo português, nomeadamente ao nível da perceção e organização do currículo, do número de alunos por turma, do acesso aos recursos humanos e técnicos e à qualidade dos mesmos, incluindo os Auxiliares de Ação Educativa.

### A FENPROF salienta:

- necessidade de clarificação do papel do professor de Educação Especial. Este não pode ser apenas um consultor e orientador do professor do ensino regular, tem que ter um papel ativo no trabalho com os alunos, trabalhar competências específicas das problemáticas de cada criança, ser um elemento ativo no contexto de todas atividades da turma e um elemento ativo no conselho de turma;
- importância da autonomia das escolas na definição de estratégias e respostas, no plano organizacional (constituição de turmas), salvaguardando sempre o caráter inclusivo da educação, gestão do currículo, gestão de recursos técnicos;
- certificação dos conhecimentos dos alunos com Necessidades Educativas. Todos os alunos devem terminar o seu percurso escolar e ter acesso a certificado de aproveitamento;

- clarificação do conceito de Necessidade Educativa Especial. A FENPROF considera que o conceito de Necessidades Educativas Especiais de Caráter Permanente expresso no decreto 3 de 2008 é restritivo e segregador, sendo mais adequado o conceito Necessidades Educativas Específicas expresso na Declaração de Salamanca;

- rejeição da CIF e seleção de instrumentos que caracterizem pedagogicamente, tendo como referência o currículo;

- atribuição adequada do número de alunos por professor de Educação Especial, tendo em conta a necessidade de cada aluno (o professor de Educação Especial tem que ter tempos adequados para trabalhar com os alunos, preferencialmente em contexto de sala de aula, que é o espaço inclusivo dos alunos);

- necessidade de estabelecer um regime de recrutamento claro e eficiente no que diz respeito à intervenção precoce, onde a colocação de docentes nem sempre cumpre com rigor a necessidades das crianças acompanhadas.

O grupo de trabalho do ME apenas deu a conhecer as suas perspetivas ao nível da conceitualização da inclusão - que consideramos progressistas e na generalidade adequadas -, restando agora saber quais as suas propostas ao nível da formalização legislativa e dos meios que serão disponibilizados para a sua implementação. ■



# A voz dos professores do 1º Ciclo

**Dulce S. Rosa Carvalho**

Coordenadora do Departamento do 1º CEB do SPGL

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) fundamenta a sua ação em princípios de liberdade, democracia, independência e unidade. A ampla conceção de sindicalismo docente combina a luta reivindicativa diversificada e continuada com a negociação sustentada em posições definidas maioritariamente. Estes pressupostos cimentam e orientam a ação em defesa dos interesses profissionais e sociais dos docentes, direcionando o *focus* da intervenção para problemáticas das condições de trabalho.

Como o sindicato ouve e considera os professores porque eles sabem o que uma Escola Pública de qualidade precisa, o departamento do 1º Ciclo do Ensino Básico do SPGL lançou um inquérito dirigido aos professores deste setor de ensino, sócios e não sócios, no sentido de identificar as principais preocupações sentidas, priorizando a urgência da sua resolução. Os problemas elencados no inquérito, foram:

- a) Definir o que é letivo e não letivo;
- b) Consideração das pausas letivas (intervalos) no horário dos docentes;
- c) Redução do número de alunos por turma;
- d) Conseguir a redução do horário dos professores para 22 horas letivas;
- e) Continuar a negociação para a aprovação de um regime especial de aposentação;
- f) Inclusão obrigatória de um docente do 1º CEB nas equipas diretivas;
- g) Outro. Especifique.

Por fim, colocava-se a questão:

“O que estaria disposto (a) a fazer para pressionar o Governo a resolver estes problemas”.

O departamento do 1º Ciclo do Ensino Básico do SPGL congratula-se por ter tido uma participação bastante significativa de inquéritos recebidos, demonstrando não só a preocupação dos docentes em relação à falta de condições de trabalho, mas também o intento cívico de envolvi-

mento revelado nas respostas, dando desta forma ainda mais força à árdua ação sindical para a prossecução dos objetivos que nos conduzem nas lutas a travar.

Das respostas recolhidas nas regiões de Lisboa, Oeste, Setúbal e Santarém apresentamos o resultado dos inquéritos que ilustram a prioridade e determinação de grande número de professores do 1º Ciclo do Ensino Básico:

1º - A **Redução do número de alunos por turma** como 1ª prioridade em 31% das respostas. É evidente e justificada a preocupação dos docentes neste âmbito, sendo inegável a implicação na relação ensino/aprendizagem. Os professores têm a consciência profissional de que esta questão limita e condiciona o trabalho de qualidade.

2º - **Continuar a negociação para a aprovação de um regime especial de aposentação** como 1ª prioridade por 26% dos inquiridos. Esta é a “velha” questão tão defendida por todos os professores porque uns já sentem e outros já preveem as consequências negativas que a falta de um regime especial de aposentação traz às escolas e à Educação.

3º - **Conseguir a redução do horário dos professores para 22 horas letivas** surge como 1ª prioridade num universo de 17% das respostas.

4º - A **Consideração das pausas letivas (intervalos) no horário dos docentes**, é uma preocupação que está como 1ª prioridade em 7% das respostas.

As 4 questões apresentadas destacam-se como as principais preocupações dos professores inquiridos e pelas quais os sindicatos se têm debatido e continuarão a sua ação, por uma justa aplicação das normas, diretivas e legislação em vigor. Tendo em conta que a redução de horário para 22 horas se pode relacionar com a consideração das pausas (intervalos) no seu horário, é de suma importância realçar que estas duas questões se interligam no âmbito das preocupações a resolver urgentemente. São vulgares as ilegalidades praticadas na elaboração de horários e a total desregulação dum funcionamento letivo cujas práticas pedagógicas sejam adequadas à faixa etária dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico.

5º - **Definir o que é letivo e não letivo** foi a questão que ficou colocada na 5ª posição com 6% das respostas. A falta de clareza nas atividades de cada componente traz sérias e complicadas desigualdades comprometendo a equidade e gerando uma multiplicidade de situações ilegais.

6º - A **Inclusão obrigatória de um docente do 1º CEB nas equipas diretivas** encontra-se na 6ª posição dos problemas a resolver urgentemente (5% respondidas como 1ª prioridade). Embora a maior parte dos agrupamentos considere um assessor do 1º Ciclo do Ensino Básico na equipa diretiva, muitos outros há em que os professores não se sentem representados. A especificidade de cada ciclo carece de uma representação que fortifique sustentadamente o grupo na gestão pedagógica.

Na questão 7, **Outro. Especifique**, os docentes manifestaram legítimas preocupações sendo as mais citadas a alteração dos currículos; alteração ou mesmo o fim das AEC; o descongelamento das carreiras e dos vencimentos; colocação de mais professores nas escolas para a Educação Especial, para os apoios educativos e para substituições; a regulamentação da elaboração de horários; a revisão do Inglês curricular na matriz curricular; colocação de mais assistentes operacionais; o fim de turmas mistas (com mais de um ano de escolaridade); alteração do modelo de gestão; ou a alteração no processo dos concursos/ vinculação.

Estes problemas denunciados pelos professores estão explícitos na Carta Reivindicativa, foram debatidos na Campanha Nacional “1º CEB: Caminhos para a sua Valorização”, fazem parte da agenda sindical nas negociações com o ME bem como são apresentados nas reuniões com os grupos parlamentares.

Os professores sabem que é preciso criar condições de trabalho que dignifiquem a profissão e qualifiquem a Educação. Reconhecem que é necessária grande mobilização para ações de luta como greves, manifestações, abaixo-assinados, petições e sobretudo continuar as negociações com o ME de forma a pressionar a tutela na resolução urgente das questões. ■

# Negociação permite Vinculação Extraordinária de mais de 3000 docentes Mas deixa muitos problemas por resolver

*Nota: no dia em que se fecha este número digital do Escola-Informação ainda não se conhecem o texto final aprovado em Conselho de Ministros nem existe ainda a ATA final que encerra as negociações entre o M.E. e a FENPROF. Logo que possível, estes documentos serão disponibilizados em [www.spgl.pt](http://www.spgl.pt)  
Mas é possível desde já sublinhar alguns aspetos positivos resultantes do processo de negociação das alterações à legislação dos concursos e da vinculação dos docentes.*



O M.E. comprometeu-se a abrir concurso para vinculação extraordinária com o número de vagas correspondente ao número de docentes com 12 ou mais anos de serviço que tenham, pelo menos, contratos celebrados com o M. E. em 5 dos últimos 6 anos e tenham obtido colocação em horário completo e anual em 2016-2017. O que significa entre 3019 e 3200 vagas.

A este concurso serão admitidos os docentes com 12 ou mais anos de serviço e com contratos celebrados com o ME em 5 dos últimos 6 anos, mesmo que não estejam colocados, este ano, em horário completo e ou anual. A obtenção de vaga respeitará a graduação profissional dos candidatos admitidos ao concurso.

Esta vinculação extraordinária não se aplica aos docentes de técnicas especiais e do ensino artístico especializado.

## VINCULAÇÃO por "NORMA –TRAVÃO"

Neste processo vincularão os candidatos profissionalizados que se encontrem no quarto ano de ligação contratual sucessiva com o M. E., obtida na sequência de colocações, decorrentes de concurso de contratação inicial ou

de reserva de recrutamento, em horários anuais, completos e no mesmo grupo de recrutamento. Esta situação abre uma vaga no QZP e no grupo de recrutamento em que o docente está colocado. Terá de concorrer ao concurso externo anual. (Nota: a vinculação pode não ocorrer no QZP em que o docente está colocado). Também não se aplica aos docentes de técnicas especiais e do ensino artístico especializado.

## DOTAÇÃO DOS QUADRO DE ESCOLA/AGRUPAMENTO

O M. E. comprometeu-se a abrir vaga de escola/agrupamento sempre que haja um horário completo de um dado grupo de recrutamento preenchido por um período de 4 anos consecutivos por docente contratado ou dos quadros que aí tenha estado em mobilidade.

## GRADUAÇÃO DOS CANDIDATOS AOS CONCURSOS EXTERNO E DE CONTRATAÇÃO INICIAL/ RESERVA DE RECRUTAMENTO

O M. E. aceitou eliminar a interferência da avaliação do desempenho dos docentes no seu cálculo, o que significa que deixarão de ser penalizados na sua graduação os docentes não avaliados

por motivos que lhes não são imputáveis, por exemplo, por não cumprirem o requisito de ligação contratual mínima de 180 dias.

## MANIFESTAÇÃO DE PREFERÊNCIAS PARA EFEITO DE CONTRATAÇÃO

Os candidatos deixarão de estar obrigados à indicação de quaisquer números mínimos de códigos de concelhos e de agrupamentos de escolas/ escolas não agrupadas.

## RETORNO À RESERVA DE RECRUTAMENTO

A cessação de contrato temporário celebrado na sequência de colocação obtida em sede de reserva de recrutamento permitia, desde há uns anos, o retorno à lista de não colocados para efeito de obtenção de nova colocação. No novo regime de concursos a publicar, M. E. aceitou estender esta possibilidade de retorno à Reserva de Recrutamento aos docentes colocados que terminem contratos temporários celebrados em resultado de concurso de contratação de escola. ■

# Plenário de Docentes Aposentados

O Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL

**No passado dia 17/1 realizou-se, na sede do SPGL, um Plenário do Departamento de Professores e Educadores Aposentados com a presença de 34 sócios. Foram tratadas as seguintes questões:**



● **Pensões e subsídio de Natal em 2017** – foram aumentadas em 0,5% as pensões de aposentação ou de reforma de valor mensal até €842,64 e as pensões de sobrevivência até €421,32. Metade do subsídio de Natal mantém-se pago em duodécimos e a outra metade é paga de uma só vez em Novembro, como anteriormente.

Verificámos, assim, que a maioria dos aposentados da Administração Pública não foram aumentados e receberam este mês uma pensão líquida inferior à que tinham recebido no mês anterior. O que levou muitos a pensar que as pensões desceram, o que não é verdade. Tal não se deveu à reintrodução de cortes ou aumento de impostos, mas ao pagamento de metade do subsídio de Natal no mês Novembro e a outra metade em duodécimos quando, em 2016, todo o subsídio de Natal era pago em duodécimos.

O problema não está no pagamento de parte do subsídio de Natal no mês de novembro, pois defendemos que todo o subsídio deverá ser pago integralmente nesse momento, a questão tem a ver com o indispensável e inadiável aumento de todas as pensões de forma a recuperarmos o valor perdido com a in-

flação e o alívio da injusta carga fiscal que se abate sobre elas. Iremos, pois, continuar a luta por esses objetivos.

● **Aumento da idade da Reforma para 66 anos e 3 meses** – Esta situação deve-se à introdução do Fator de Sustentabilidade no cálculo das pensões. É necessário continuar a lutar pela sua revogação, bem como pela reposição da idade legal de reforma nos 65 anos e pela possibilidade de reforma antecipada voluntária, sem qualquer penalização, para os trabalhadores com 40 ou mais anos de carreira contributiva, independentemente da idade.

A FENPROF, para os docentes, por ser uma profissão de desgaste, propõe a aposentação aos 36 anos de serviço, independentemente da idade.

● **ADSE** – Pelo Decreto-Lei nº 7/2017 de 9 de Janeiro foi criado o Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P. abreviadamente designado por ADSE, I.P. Esta é a resposta do Governo às propostas dos sindicatos para manter a ADSE no sector público como sistema complementar de saúde e como parte integrante do estatuto laboral dos trabalhadores da administra-

ção pública, excluindo qualquer forma de privatização.

Vamos agora acompanhar a regulamentação necessária para conseguirmos verdadeiramente o que temos reivindicado.

● **MDM** – Concentração Nacional no dia 11 de Março em defesa da Igualdade das mulheres – Esta informação foi dada por uma sócia que solicitou o apoio do Sindicato e a presença de todos no que se espera ser a maior manifestação nacional em defesa das mulheres.

Foi feito o **balanço da Ação desenvolvida pelo Departamento de Aposentados no 1º período** deste ano letivo. No relatório apresentado pudemos observar a organização do Departamento e a descrição de 56 ações em que participámos. Destas ações 21 foram abertas aos sócios e de que destacamos: a participação em 2 manifestações em que apresentámos publicamente as reivindicações dos reformados/aposentados. 5 sessões de “O meu livro quer outro livro” em que participaram docentes/escritores como Manuel Duarte, Leonoreta Leitão, Virgínia Rodrigues,



Ana Cristina Silva, Pedro Sá, Manuela Castro Neves. 3 visitas culturais à Zona Oriental de Lisboa orientadas pelo colega João Cravo. 3 *workshops* de informática orientados pela colega Natália Bravo....

Também foi apreciada a programação das atividades programadas para o 2º período, nomeadamente a participação nas ações a desenvolver pela FEN-PROF, FCSAP, IR/CGTP-IN de que destacamos a participação na 8ª Conferência Nacional da IR/CGTP-IN, bem como as ações culturais e de formação que iremos tornar públicas nas datas adequadas.

De seguida analisámos os documentos propostos para a **8ª Conferência Nacional da IR/CGTP-IR** que se realiza a 10/2, no Hotel Altis, com o Lema: **“Sindicalizados sempre, no trabalho e na reforma - Reforçar a organização, fortalecer a participação”**.

A representação do SPGL é de 4 delegados designados pela direção. O Departamento de Professores e Educadores aposentados propõe:

- Presidente do SPGL- José Alberto Marques

- Coordenador do Departamento – Bráulio Martins

- Representantes do SPGL na IR/USL

– Isabel Gaspar e Joaquim Pagarete

A representante atual do SPGL na direção IR/CGTP-IN, Helena Gonçalves, apresentou os documentos da Conferência que mereceram o apoio dos presentes, com a apresentação de duas propostas de alteração.

Foi depois apresentada uma moção do Departamento, que tem como objetivo principal o reforço da organização e da mobilização dos aposentados e reformados para prosseguimento da ação até à satisfação das suas reivindicações. Esta moção foi aprovada por unanimidade e será apresentada na Conferência da IR/CGTP.■

## Moção

O lema definido para a 8ª Conferência Nacional da Inter-Reformados/CGTP-IN é: *“Sindicalizados sempre, no trabalho e na reforma / Reforçar a organização, fortalecer a participação”*.

O Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL (Sindicato dos Professores da Grande Lisboa) também defende que os nossos problemas não serão resolvidos sem a nossa mobilização.

### Considerando que:

. Apesar deste governo do PS ter reposto os maiores cortes efetuados pelo governo PSD/CDS, nenhuma das mais elementares reivindicações dos aposentados e reformados foi ainda satisfeita;

. O argumento de que “não há dinheiro” já não é convincente. Todos já percebemos que o que exauriu os cofres do Estado e catapultou a dívida pública para valores gigantescos (132% do PIB) não foram os pensionistas, nem os trabalhadores, mas o dinheiro sonogado às funções sociais do Estado, para ser “derretido” nos bancos e nas PPP’s e no pagamento de juros elevadíssimos dos empréstimos externos contraídos (mais de 8.500 milhões de euros por ano);

. O dinheiro das contribuições que sempre nos foi descontado, enquanto trabalhadores no ativo, deve destinar-se prioritariamente à sua primeira e principal finalidade – o pagamento e atualização das nossas pensões – e não para salvar os causadores da crise económica, política e social em que nos mergulharam;

. Entre 2009 e 2015, a generalidade das nossas pensões esteve congelada, enquanto a inflação acumulada foi de 9% (pg. 3 do Projeto de Carta Reivindicativa apresentado a esta Conferência);

. A reposição do poder de compra dos reformados e pensionistas é uma reivindicação tão legítima quanto a dos trabalhadores no ativo que exigem o descongelamento das suas carreiras e o aumento dos seus salários;

. Tanto em relação aos problemas globais, como face às questões sectoriais, começa a ser cada vez mais claro que nada será resolvido sem a nossa participação e a nossa mobilização ativas;

. Uma saída positiva para a situação a nível nacional e internacional, que cada dia desemboca mais no caos social e na barbárie por esse mundo fora só poderá ser encontrada se as nossas organizações se reforçarem e se conseguirem aumentar o seu raio de ação, mobilizando os trabalhadores, ao mesmo tempo que se luta contra as pressões externas, nomeadamente as exercidas pela União Europeia e pelo FMI sobre o nosso país;

O governo do PS tem duas hipóteses: ou se sujeita a estas pressões e, assim, só se irá enfraquecer e ajudar a afundar económica e socialmente o nosso país; ou, então, recusa submeter-se a essas pressões e, agindo no sentido da satisfação das aspirações da maioria que permitiu a sua constituição, poderá desempenhar um papel importante não só para o povo português, como para os restantes povos (em particular os da Europa); **Porque não aceitamos que os nossos problemas mais básicos continuem a ser sistematicamente adiados e estamos disponíveis para a continuação da luta pelos nossos direitos e por uma vida mais digna,**

# Ler o PISA



“Ler compreendendo, ir às raízes, perceber como é que estes instrumentos são construídos, o que é que medem, o que é que comparam, o que condicionam”, foi o objetivo central, nas palavras de António Teodoro, do debate em torno de “Ler o Pisa: e outros inquéritos internacionais”, que decorreu na ULHT, dia 25 de janeiro. Com intervenções de Ana Benavente e Glória Ramalho e a moderação de António Teodoro. E uma significativa participação do público.

Lígia Calapez e Sofia Vilarigues  
Jornalistas

**L**er às raízes do PISA significa, antes do mais, perceber como surgiu. O ponto de partida tem a ver com as preocupações decorrentes dos primeiros estudos que tiveram lugar, nos EUA, sobre literacia. Concluindo-se então que “a percentagem

de americanos com baixíssimos níveis de literacia era imensa. E houve um grande alarme porque da escola pouco ficava, devido às práticas sociais”, como disse Ana Benavente. Alarme tanto maior quanto, como ficou evidenciado com o lançamento do Sputnik, a União Soviética tinha-se adiantado na corrida espacial.

Este, um elemento. Outro, prende-se com a emergência, do ponto de vista teórico, da teoria do capital humano que, como lembrou António Teodoro, “colocou a questão da educação e da formação como um elemento fundamental na competição económica”.

E assim, a OCDE - que, sublinhe-se, tem subjacente o modelo liberal de trocas comerciais, não é um sistema das Nações Unidas, não tem qualquer mandato para a educação – “pega na questão da educação, antes marginal, e torna-a uma questão central. Porque hoje a relação entre educação e produtividade é considerada uma questão central”.

O PISA surge, em 1997, como um estudo lançado pela OCDE. Permitindo

monitorizar, de uma forma regular, os sistemas educativos.

Os diferentes estudos, reunidos numa publicação anual, “não têm só o seu valor em si. Têm implicações mundiais. E a implicação maior é que vai permitir construir classificações, *rankings*”, como sublinhou António Teodoro. Ignorando os contextos e deixando na sombra estudos mais aprofundados. E gerando uma tecnologia de governação, que há quem designe como “governar por números”.

## O PISA testa competências que são pertinentes para os mercados

“O PISA perverteu o debate, as políticas públicas”. Ana Benavente, professora e investigadora, coordenadora de uma equipa que realizou o primeiro, e até agora único, estudo nacional de literacia, é clara na sua apreciação do PISA.

Numa intervenção em que fez uma contextualização do surgimento da OCDE e do PISA, a investigadora

centrou-se em questões como o estudo nacional de literacia, como surgiu o PISA, que mal entendidos criou e as suas consequências.

Aqui nos cingimos a duas vertentes da sua apresentação, particularmente pertinentes.

Reportando-se ao *Estudo Nacional de Literacia* <sup>(1)</sup>, Ana Benavente referiu a reflexão feita em torno de como é que se desenvolvem níveis de literacia. E elencou: desde logo a escola, mas começando com a educação pré-escolar; a escola sim, mas uma escola inclusiva, contextualizada, que valorize a educação compensatória (territórios educativos de intervenção prioritária) e modelos alternativos; a educação permanente; desenvolvimento dos níveis económicos, sociais e culturais (o desenvolvimento de práticas culturais na sociedade é importantíssimo para os níveis de literacia); produção de mensagens de documentos escritos e impressos (e a importância de mediadores de literacia – tradução de documentos numa linguagem facilmente apropriável por todos).

Outro destaque foi para **Os mal-entendidos (e abusos) que o PISA gerou e gera e as suas consequências.**

Antes do mais – sublinhou a investigadora – o PISA não avalia os saberes escolares. E ignora, nomeadamente, que mais importante do que aquilo que se sabe é o que se faz com o que se sabe. Ou ainda, tudo o que fica de fora, tudo o que é silenciado (“Então e a música e as artes e a cidadania e a socialização e a cooperação? E tudo aquilo que nós queremos que a escola seja – como um bem comum para uma sociedade democrática e participada?”).

A tradução dos resultados educativos em *rankings* foi particularmente criticada por Ana Benavente. “Estes *rankings* traduzem o quê? O PISA não é neutro, o PISA testa competências que são pertinentes para os mercados e para um treino de atividades. E testa-as individualmente”. “O PISA esmagou tudo que não é passível de ser medido em indicadores, tudo o que é a longo prazo. Mas também outros indicadores mais compreensivos, mais complexos”, sublinhou. E concluiu: “O que temos é uma agenda transnacional abusiva e que tem reforçado o peso das



opiniões públicas em favor da escola conservadora”.

### “A OCDE não tem mandato para lidar com a educação e a vida das crianças”

Glória Ramalho, primeira diretora do GAVE (IAVE) e responsável pela participação de Portugal nos primeiros inquéritos do PISA, que continua a acompanhar já à distância, começou por apresentar o programa PISA. O PISA (*Programme for International Student Assessment*) é um estudo internacional conduzido pela OCDE que avalia a literacia científica, a literacia matemática e a literacia de leitura dos alunos de 15 anos entre o 7º e o 12º ano de escolaridade, em todas as modalidades de educação e formação. O PISA 2015 é a sexta edição do estudo iniciado em 2000 e realizado trianualmente desde então. Em 2015 participaram no PISA 72 países e economias (no início eram 32). A nível mundial estiveram envolvidos no PISA 2015 quase 18 000 escolas, 95 000 professores e 500 000 alunos, dos quais 7 325 eram portugueses.

De seguida, passou à apresentação dos resultados de Portugal. Com a média da OCDE a oscilar em torno dos 500, Portugal, na literacia científica, “que em 2000 tinha 459, 2003 468, depois de 2006 a 2009 subiu repentinamente de 474 para 493, baixou um bocadinho para 489 e depois 501”. Em matemática, Portugal consigo mesmo: 454 (2000), 466 (2003), em 2006 466 e repentinamente 487 (2009), 487 (2012), 492 (2015)”. Leitura: 470 (2000), 478 (2003), 472 (2006) sobe para 489 (2009), 488 (2012), 498 (2015).

Procurando uma explicação para a subida repentina entre 2006 e 2009, avançou: “Uma possibilidade para este salto, que eu acho estranho é a facilitação dos itens âncora (eu não posso provar porque os itens âncora são confidenciais). Agora há uma coisa que eu acho estranho, este salto não foi encontrado em mais nenhum país”.

Algumas críticas ao PISA foram também apresentadas. Como uma confiança cada vez maior em medidas quantitativas, desviando a atenção de objetivos educacionais não mensuráveis (desenvolvimento físico, moral, cívico, artístico). Ou o facto de que “a OCDE não tem mandato para lidar com a educação e a vida das crianças, ao contrário da UNESCO e UNICEF”. A conferencista citou Jenny Ozga, investigadora de Oxford que, “reconhecendo a importância crescente dos dados como determinantes de políticas, afirma que a dependência dos dados leva ao afastamento da definição de políticas através da análise contextualizada e informada de especialistas”, e diz também “que as recomendações assentam maioritariamente em correlações que são interpretadas depois como indicando causalidade atribuída à governação da escola, à sua liderança, ou ao ensino inadequado, em vez de se centrar na pobreza e no seu impacto”. Considera ainda que “tem impacto na reconfiguração dos poderes” e “interroga-se se será uma estratégia através da qual organizações transnacionais poderosas disciplinam governo nacionais”. ■

<sup>(1)</sup> <http://www.cnedu.pt/pt/publicacoes/estudos-e-relatorios/outros/799-a-literacia-em-portugal-resultados-de-uma-pesquisa-extensiva-e-monografica>



# A Maratona de Cartas na Reynaldo



Pelo núcleo d'Os Direitos Humanos na Reynaldo  
Eduardo Freitas - aluno do 12º ano

Através do programa da Amnistia Internacional, Escolas Amigas dos Direitos Humanos (EADH), surgiu na Escola Secundária Professora Reynaldo dos Santos, um núcleo denominado “Os Direitos Humanos na Reynaldo”, que visa principalmente trabalhar a temática dos direitos humanos com toda a comunidade escolar (objetivo principal das EADH).

A Escola Professor Reynaldo dos Santos, situada em Vila Franca de Xira, tem participado em vários projetos no âmbito do EADH, dos quais se destacam o *STOP Bullying* e a Maratona de Cartas.

O ano letivo de 2016/2017 é o quarto ano consecutivo em que alunos e alunas se organizam e realizam atividades no âmbito da Maratona de Cartas, a fim de divulgar esta campanha e recolher assinaturas. À semelhança do que aconteceu em anos anteriores, realizaram-se várias sessões, no auditório da escola, a fim de apresentar o objetivo e os aspetos essenciais da Maratona, bem como a noção de Direitos Humanos.

As turmas presentes tiveram a oportunidade de assinar as cartas e a possibilidade de recolher mais assinaturas junto de familiares e pessoas amigas. Estas sessões foram preparadas e dinamiza-

das pelos alunos e alunas do núcleo dos Direitos Humanos e tentaram abranger todas as turmas do 2º e 3º ciclos.

Contudo, há sempre algumas turmas que acabam por não ser abrangidas. Para cobrir tais lacunas, organizaram-se grupos que apresentaram, diretamente às turmas em falta, os casos visados pela Maratona. O mesmo foi feito junto de todo o corpo docente e não docente bem como da Direção da Escola.

Os alunos e alunas do 4ºano, por ainda não terem idade para assinar as cartas, fizeram desenhos alusivos a cada caso, com palavras de força e apoio.

Os alunos e alunas dinamizadores da Maratona de Cartas também recolheram assinaturas em estabelecimentos públicos de Vila Franca de Xira, como a Biblioteca Municipal, os departamentos da Educação e Juventude, o Museu do Neo-Realismo, o posto de Turismo e, por fim, a Câmara Municipal na pessoa do Sr. Presidente, que também assinou.

Face às necessidades específicas de alguns alunos e alunas do grupo da Educação Especial da nossa escola, este ano e pela primeira vez foi organizada uma sessão individualizada na qual se partilharam ideias e se colocaram questões, chegando-se mesmo a discutir situações que por vezes ocorrem na escola.

Também pela primeira vez o núcleo dos Direitos Humanos na Reynaldo contou com a cooperação da Associação de Estudantes (AE) da Escola Alves Redol, que divulgou os casos da Maratona

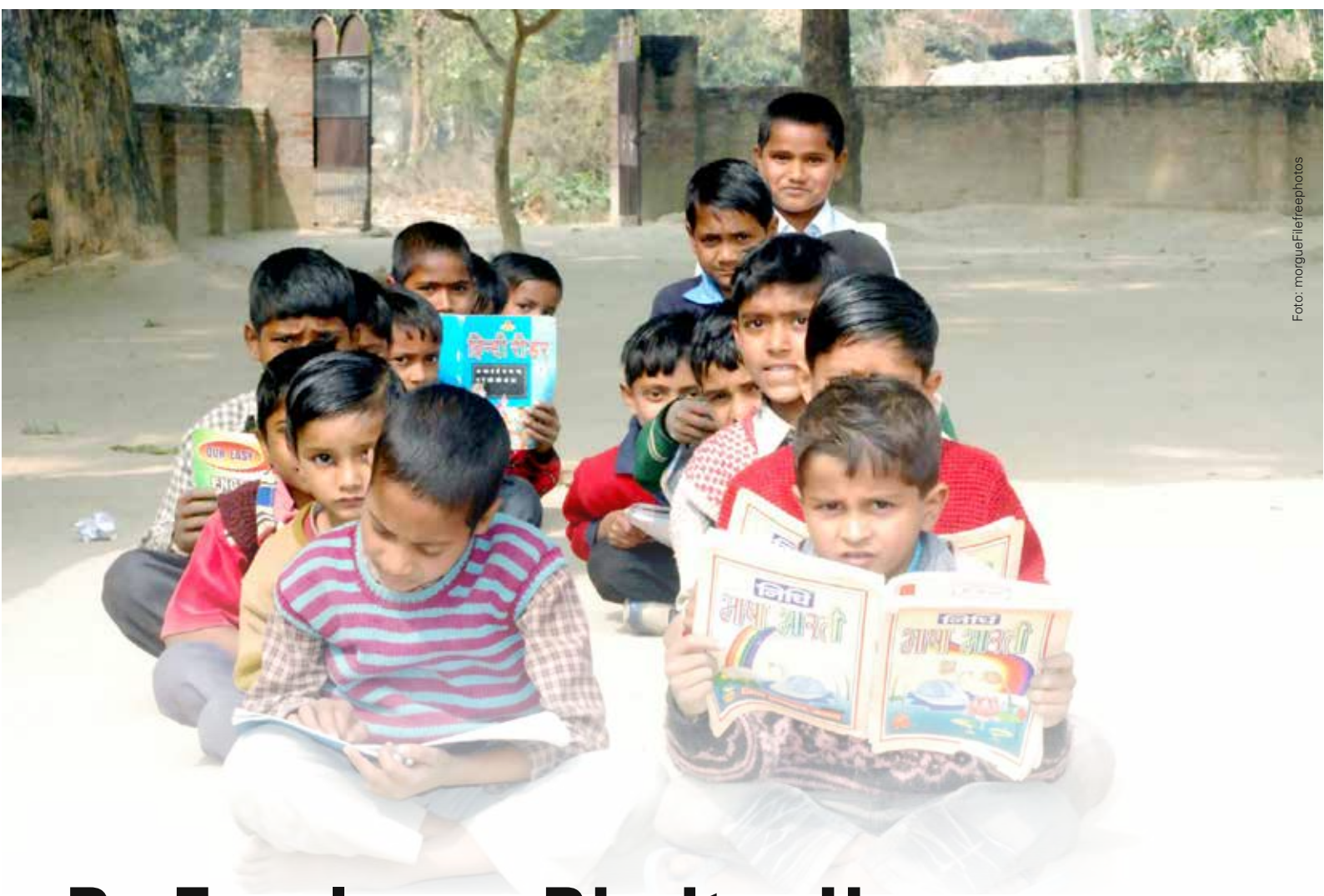
nas turmas da sua escola e recolheu as assinaturas.

É ainda de realçar que alguns alunos e alunas, por iniciativa própria, divulgaram a Maratona de Cartas nas suas antigas escolas e desenvolveram campanhas de rua, demonstrando como uma assinatura pode reverter uma situação de violação de um Direito Humano.

Os resultados deste esforço têm sido muito positivos e têm superado as expectativas de ano para ano. Em 2015, a Reynaldo conseguiu recolher cerca de 5 000 cartas, quase tantas como Portugal em 2010. No ano seguinte esse número superou as 8 000. Esperamos que este ano o sucesso da Maratona na nossa escola seja ainda maior! ■

**A Maratona de cartas é o maior evento de direitos humanos organizado pela Amnistia Internacional no último trimestre do ano, altura em que se assinala o Dia Internacional dos Direitos Humanos, a 10 de dezembro. Milhões de pessoas em todo o mundo assinam cartas em prol de pessoas e comunidades em risco, mostrando assim o seu apoio e ajudando a mudar a vida dessas pessoas. Para as pessoas em risco a campanha proporciona esperança, inspiração e motivação.**

**Veja os seus testemunhos em <http://tinyurl.com/SucessosMC>**



# Da Escola aos Direitos Humanos: Como Humanizar a Educação?

## Ciclo de Conferências pelo Centro de Formação António Sérgio

**Silvia Baptista**  
Professora Aposentada

**A** 10 de Dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos “*como um ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações*”.

O Dia Internacional dos Direitos Humanos foi instituído 2 anos mais tarde pelas Nações Unidas de forma a homenagear todos os cidadãos defensores dos Direitos Humanos (este dia é escolhido para a atribuição da Prémio Nobel da Paz), visando uma ampla frente contra todo tipo de discriminação. Em 1998 a Assembleia da República Por-

tuguesa instituiu esta data como Dia Nacional dos Direitos Humanos.

A 10 de dezembro de 2016, no auditório da Escola Secundária D. Dinis, o Presidente do Centro de Formação de Escolas António Sérgio, Joaquim Melro, abriu o ciclo de conferências assentes todas elas no tema “Da Escola aos Direitos Humanos: Como Humanizar a Educação?”

Dando início à 1ª conferência, “Direitos Humanos e Educação: Valorização, Participação e Eticidade”, salientou a importância da escola assegurar o cumprimento de um dos Direitos Humanos - o direito à Educação - através da prática pedagógica, visando a construção de uma sociedade mais igualitária.

Em seguida, a professora Dulce Monteiro, como elemento da direção da

escola Secundária D. Dinis, deu as boas-vindas a todos os presentes, salientando a importância de valorizar a voz das crianças como forma de fazer respeitar os Direitos Humanos.

Christopher Aretta, docente no Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, da Fac. de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, apresentou a sua comunicação com o título “Eu e Tu na sala de aula, ou seja, à beira do abismo: o que está em jogo”. Da sua intervenção algumas premissas são registadas pelo próprio: “*O docente – no seu relacionamento com os alunos na sala de aula – encarna e projeta, contagia e se deixa contagiar; exemplifica e aprofunda uma arte do ser humanamente. É sinaleiro de sites de intensidade reflexiva onde*

a compreensão se aguça e o ser se reencontra consigo próprio. O docente convida o ser – a começar com o seu próprio ser – a viver num estado um pouco mais integrado, um pouco mais poroso, um pouco mais plural, um pouco menos tosco.” No final apresentou uma curta-metragem inglesa de um realizador iraniano sobre a robotização e a descaracterização de uma sala de aula, “2+2=5” ([educa-tube.blogspot.com](http://educa-tube.blogspot.com))

A intervenção seguinte foi feita pelo fundador do Observatório dos Direitos Humanos, o jurista Luís Filipe Guerra. Com o tema “Direito à educação, participação democrática e pedagogia da intencionalidade”, foi explanado o conceito de universalidade na educação com o aumento da frequência de alunos inscritos nos vários graus de ensino, o aumento no acesso à universidade e na concretização de doutoramentos e a diminuição do abandono escolar. Contudo ainda se verificam falhas na igualdade de oportunidades e se nota um fraco espírito de tolerância em relação às minorias. Da visão do mundo e do ser humano à formulação de uma teoria da aprendizagem para uma educação integral, foi construído num paradigma educativo. É desenvolvido em vários países, assim como em Portugal, um movimento pedagógico humanista que considera “o ser humano como valor central” com uma consciência humanizadora, com capacidade de se melhorar e melhorar o outro de modo a evitar o sofrimento, a miséria e a discriminação – Corrente Pedagógica Humanista Universalista (COPEHU). Como exemplo de criação de uma escola mais participativa e com experiência de mediação com outros pares pedagógicos, citou a Escola Básica da Ponte, em Santo Tirso ([www.escoladaponte.pt](http://www.escoladaponte.pt)).

Maria Helena Barreto, professora associada no Movimento da Escola Moderna, foi a oradora seguinte. Concluiu a sua tese de mestrado sobre o tema “Integração de Crianças Indianas na Escola Portuguesa: quem são e como aprendem”. A sua intervenção constituiu uma base de reflexão: “Escutar/Conhecer/Agir” – os três pilares para a inclusão de alunos indianos. Por a escola “pouco estimar ou até desprezar

as crianças de cores diferentes” propõe quatro vias de atuação: Diferenciação pedagógica; Aposta na formação de docentes; Inclusão delineada no Plano Curricular de Escola; Adaptação de conteúdos curriculares e extracurriculares tendo em conta a diversidade dos alunos.

Do Centro de Intervenção Para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC), a sua representante, Luísa Teotónio Pereira, centrou a sua comunicação em torno da questão “O poder das cidadãs e dos cidadãos”. Vivemos num período de caos, na fase terminal do sistema capitalista. Como cidadãos temos mais capacidade de modificar o sistema que vai substituir o atual sistema vigente e hegemónico. Colocou a seguinte reflexão: “Podem os DH ser a nossa bússola? Como? No concreto das nossas vidas? Na nossa missão enquanto educadores/as, nas nossas escolas, no nosso sistema de ensino?”. Fomos informados do papel do CIDAC e do seu relevante contributo para esta modificação, através da Rede para a Educação para a Cidadania Global: “Globalizar as vontades e a capacidade de cooperação e trabalhar a dimensão entre o local e o global.”

“A Educação para os Direitos Humanos, ação estratégica da Amnistia Internacional” foi a comunicação de Paulo

Jorge Pinto, historiador e investigador e membro de direção da Amnistia Internacional (AM). Caracterizou esta organização como um movimento global de defesa dos Direitos Humanos: 7 milhões de pessoas envolvidas em mais de 150 países, procurando pôr fim aos abusos dos direitos humanos. Em Portugal a AM desenvolve cerca de 120 sessões por ano nas escolas com um envolvimento de 9 mil pessoas e com a disponibilização de materiais de apoio. A partir de 2013 surgiu em Portugal o movimento Escolas Amigas dos Direitos Humanos com 4 áreas de intervenção: administração e gestão, relações dentro da comunidade escolar, currículos e ambiente/espço escolar. Neste momento há 6 escolas envolvidas no movimento *Stop bullying* ([www.amnistia.pt](http://www.amnistia.pt)).

Esta conferência foi moderada por Artur Baptista, presidente da Mesa da Assembleia Geral do SPGL e finalizou-se com debate e com reflexões e perguntas dos assistentes.

O Centro de Formação António Sérgio, sediado na Escola Sec. D. Dinis, tem vindo a promover ciclos de conferências, cuja acreditação pelo CCPF tem efeitos de progressão da carreira docente para educadores e professores de todos os níveis de ensino. (cfantonio-sergio.edu.pt) ■



**Este ciclo de conferências comporta os seguintes temas:**

- **2ª Conferência**  
**Direitos Humanos e Minorias Culturais** – 7 janeiro 2017
- **3ª Conferência**  
**Direitos Humanos e Ciência: Que Diálogos e que Trajetórias?** – 21 janeiro 2017
- **4ª Conferência**  
**Direitos Humanos e Arte: Reconhecimento e Humanização** – 4 fevereiro 2017
- **5ª Conferência**  
**Direitos Humanos na História: Denúncia e Resistência** – 18 fevereiro e/ou 4 março 2017. Visita ao Museu do Aljube/ Resistência e Liberdade.
- **6ª Conferência**  
**– Direitos Humanos e Escola Inclusiva: Da Conceptualização à Concretização.**  
11 março 2017



Foto: morguefile/freephotos

# Postais ilustrados do CEBV

## Ensino nas prisões e nos centros educativos: testemunho de uma professora

**Maria Adelaide Rodrigues**  
Professora

**N**o ano letivo de 2011/12, no Agrupamento de Escolas Gil Vicente, no Bairro da Graça, em Lisboa, ao quadro do qual pertença, disponibilizei-me, junto do Diretor, para trabalhar no Centro Educativo da Bela Vista, ao abrigo de uma parceria existente: Justiça e Educação. Este trabalho implica a deslocação diária de alguns dos professores da escola associada à instituição. Docente de Português, seria, nesse ano, a professora de Língua e Comunicação, dos Cursos EFA. Não ia para um território completamente desconhecido. Já tinha tido uns contactos laborais com a Justiça. Nos anos 90, como professora requisitada, nos serviços centrais do ME, em Lisboa, a trabalhar na Educação de Adultos e no Ensino Recorrente, por Unidades Capitalizáveis, conhecera, razoavelmente, o ensino, nas prisões, e nos colégios tutelares de menores. Visitara, em serviço, alguns estabelecimentos prisionais, em Lisboa, no Alentejo e na região Centro. Em 2007, fizera parte de um projeto lançado às escolas, pela DGSP: Um dia na prisão; no caso, no EP de Sintra.

### Ser professora no CEBV

Apresentei-me no CEBV, numa manhã

doce e luminosa, de final de verão. Mês de setembro. Fui bem acolhida pelo jovem diretor-interino, Dr. Paulo Monteiro, que recebeu os novos professores. Ia por um ano. Lá permaneço há cinco. Não foram só estendidos “tapetes de flores” no meu caminho. Tive, mesmo, que ultrapassar algumas dificuldades. Ser resiliente. Ser assertiva perante “o desconhecimento” de alguns membros da instituição, em relação à especificidade da carreira docente. Firme perante a intolerância manifestada por outros, em relação à autonomia dos professores, no desempenho do seu trabalho. Paulatinamente, as desconfianças foram-se desvanecendo e a colaboração instalou-se. Trabalhamos e convivemos, hoje, com cordialidade, ao ponto de, no ano letivo que terminou, termos elaborado, sob minha proposta, um painel gigantesco, com a reprodução do poema de Vinícius de Moraes, “Um Operário em construção”. Este painel constituiu-se como uma atividade de desenvolvimento pessoal dos alunos e de exercício de cidadania da comunidade. Pretendemos homenagear todos os trabalhadores do mundo, no 1º de Maio, e os do CEBV, em particular. Teve a supervisão dos alunos do ensino secundário e a colaboração da comunidade: alunos do 2º e 3º ciclo, técnicos, seguranças, professores, formadores, famílias, Chapitô, CPJ, e de algumas visitas que gentilmente concordaram em participar. O longo poema está ex-

posto na parede, junto ao ginásio, mas continua inacabado. Como o título sugere: em construção. Aceitam-se ainda colaborações para o terminar.

Durante estes cinco anos, nesta tarefa educativa difícil - a reinserção através da escola - foram lecionadas muitas aulas; organizadas atividades e visitas de estudo, dentro e fora do Centro; convidadas pessoas para conversar com os jovens sobre os mais variados temas; organizada uma pequena biblioteca comunitária, etc., etc. Muita coisa foi feita. Cinco anos de trabalho é muito tempo. Os professores têm tentado motivar os jovens para que se reaproximem das aprendizagens formais que lhes permitam concluir os ciclos de estudo, já dados como perdidos. Reaproximá-los das escolas, de onde foram expulsos, por não se reconhecerem no que lá se fazia. Considero que esse objetivo tem sido mais ou menos cumprido. Espantosamente alguns pedem para levar um livro que leram na biblioteca, ou de um autor que entretanto conheceram, como recordação da sua passagem pelo Centro Educativo. Sinto que o nosso trabalho é apenas um grão no universo gigantesco da reinserção social. Pouco podemos fazer, mas tal como o colibri da lenda índia que tenta apagar o fogo, na floresta amazónica, com uma gota de água do seu pequeno bico, temos tentado contribuir para que o tempo que os jovens passam, no CEBV, seja

agradável e se torne numa mais-valia certificada, na sua vida futura.

## Uma biblioteca em construção: criar laços

Por gosto sempre estive ligada aos livros. Vá, para onde for, procuro, transmitir, a quem me quiser escutar, o amor pela leitura e pelo conhecimento. Todos somos potenciais leitores. E com um livro nunca estamos sozinhos. É o que eu digo aos meus alunos no CEBV, pois estando privados de liberdade e da sua família, podem procurar conforto e companhia na leitura. Mas, para que comecem a ler, é preciso, primeiro, captivá-los; criar laços com eles, empatia, como na história do *Príncipezinho* de A. S. Exupéry.

*E, deitado na relva, ele chorou. E foi então que apareceu a raposa:- Bom dia - disse a raposa.- Bom dia - respondeu educadamente o pequeno príncipe, olhando a sua volta, nada viu.- Eu estou aqui - disse a voz, debaixo da macieira...- Quem és tu? - Perguntou o príncipezinho. - Tu és bem bonita...- Sou uma raposa - disse a raposa.- Vem brincar comigo - propôs ele. - Estou tão triste...-Eu não posso brincar con-*



*tigo - disse a raposa.*

*Não me cativaram ainda.- Ah! Desculpa - disse o príncipezinho. Mas, após refletir, acrescentou:- Que quer dizer "cativar"?- Tu não és daqui - disse a raposa. - Que procuras?- Procuo os homens - disse o pequeno príncipe. - Que quer dizer "cativar"?-Os homens - disse a raposa - têm fuzis e caçam. É assustador! Criam galinhas também. É a única coisa que fazem de interessante. Tu procuras galinhas?- Não - disse o príncipe. - Eu procuro amigos. Que quer dizer "cativar"?- É algo quase sempre esquecido - disse a raposa. Significa "criar laços"...*

*Criar laços?*

*O Príncipezinho, Capítulo XXI*

O CEBV, do bairro da Graça, não tinha

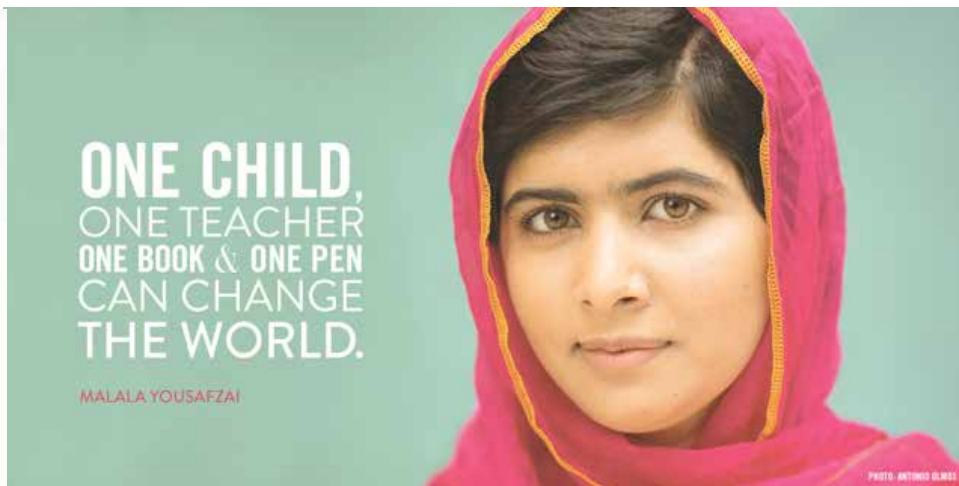
uma biblioteca escolar, quando lá cheguei. Decidi conversar com o Diretor e propus - lhe juntar todos os livros espalhados pelas Unidades Residenciais, numa sala, a que daríamos o nome de Biblioteca. Gostou da minha proposta e aceitou-a. Vamos já tratar disso! E cedeu-me imediatamente uma pequena sala, no sector do ensino, onde mandou colocar estantes de arquivo. Era o que a sua boa vontade me podia disponibilizar, não havia mais! Fizemos também, ao lado, uma pequena sala de estudo, com manuais escolares doados, que complementava a atividade da pequena Biblioteca e onde eram dadas as aulas de apoio e diagnosticadas as competências dos jovens recém-chegados. Com a ajuda dos técnicos e com a orientação da Coordenadora, Dra. Ana Parreira, que acolheu a ideia carinhosamente, recolhemos os livros das unidades residenciais. Na interrupção letiva da Páscoa, ao volante do carrinho de mão do jardineiro de serviço, Senhor Martins, transportámos os livros do edifício principal para a nossa pequena sala. Varremos e esfregámos o chão. Colocámos os livros, nas estantes, por géneros e afinidades, como mandam as regras da catalogação. Trazida pelos técnicos e alunos, uma secretária antiga e esquecida, num canto, do CEBV, serviu de receção; criámos um documento simples de requisição; organizámos um dossiê informal de registos. Os alunos criaram um logotipo juntamente com um nome que afixámos na porta da Casa dos livros: **Biblioteca CEBV**. Os miúdos queriam muito uma biblioteca! Nunca tinham tido uma, deles. Fiquei comovida. Elaborámos um horário de abertura semanal para todas as turmas. Comprámos sacos - ideia da Coordenadora, - para a leitura residencial nas Unidades e Estava pronta a nossa Casa dos livros/BE. Querida e pequenina biblioteca, no imaginário dos jovens! Um espaço construído por eles e para eles. Um orgulho para muitos que nunca tinham feito nada semelhante. Que nunca se tinham envolvido numa atividade na escola. Grande parte nunca, sequer, tinha entrado numa biblioteca escolar ou manuseado um livro que não fosse o manual, quando este existia. Alguns jovens tinham estado sempre fora das aulas, da escola e das aprendizagens formais. Muitos: *Personas non gratas*, pela indisciplina e pelos conflitos, junto dos professores, pessoal auxiliar e

diretores das escolas. Quanta inteligência e criatividade a escola e os processos formais desperdiçam!

Durante estes anos foram os alunos que cuidaram da pequena biblioteca, com carinho e zelo. Pouco a pouco, fui-lhes ensinando os lugares certos, dos vários géneros literários: a poesia, o teatro, os romances estrangeiros, as novelas, os romances portugueses e de expressão portuguesa: africanos, brasileiros; o lugar dos dicionários e das enciclopédias, na mesma prateleira, assim como o dos prontuários e dos auxiliares de estudo. Enfim, uma sensibilização para as normas da catalogação e da arrumação formais, pois alunos que não iam à escola, e tinham vergonha de entrar, numa biblioteca, não podiam saber que os livros não devem estar misturados e, até, na mesma prateleira. Mais ou menos há quatro anos que, semanalmente, de forma organizada, os jovens frequentam a nossa Casa dos livros. Por alguns instantes tocam nos livros, abrem-nos, lêem-nos um pouco; manuseiam-nos, como manda a política da Rede das Bibliotecas, na qual, há anos, fui formada. Aconselham-se, dão dois dedos de conversa que os liberta da rotina sobrecarregada das aulas e da formação e que lhes afaste os pensamentos negros e deprimentes, por ausência de liberdade - *Stora, aconselhe-me lá um livro! Esse não quero. Não tem o último da coleção Cherube? Não tem?! E quando é que manda vir? Já li todos os que tem. Queríamos mais. E de poesia, professora? E de música? E de carros, e de motas e de futebol? E? E?... Deixe-me ficar aqui um bocadinho, stora, hoje estou muito triste, fui a tribunal. E o que vai ser de mim quando sair? Não tenho família.*

E eu pensei que, se não havia verba para livros, para ir ao encontro dos pedidos dos jovens, então uma maneira de renovar o acervo, seria contactar uma biblioteca itinerante da Câmara de Lisboa que nos cedesse livros temporariamente e que já vira estacionada numa praça lisboeta qualquer... E assim, fiz. Falei com o Diretor. Este acolheu novamente a minha iniciativa e autorizou-a. Disse-me, em conversa, que também ele, como eu, e como milhares de portugueses, fora leitor privilegiado, da Biblioteca Itinerante da Gulbenkian, nas férias. Contactei as colegas da Rede Municipal que acharam muito interessante o pedido, pois nunca ninguém as





tinha solicitado de um Centro Educativo ou de um EP. Fizemos um cartão de leitor e tornámo-nos leitores oficiais da Rede de Bibliotecas Municipais de LX. E, agora, já há quatro anos que a BI da Câmara de Lisboa nos visita periodicamente, proporcionando aos jovens entradas na carrinha, para contacto, no local, com livros e revistas, e possibilitando a requisição na altura - o que os deixa curiosos e felizes, pois nunca tinham entrado em tal carro. Muitos nem sabiam que existia tal veículo! “*Nunca tinha visto este carro, professora, agora vou estar atento!*” Tornámo-nos amigos da Catarina (Coordenadora do projeto), da Cristina (bibliotecária) e do Luís (condutor) que, de tempos a tempos, nos visitam, deixando duas coleções: uma para os rapazes e outra para as raparigas. A nossa BE tem crescido com a boa vontade de todos os que para lá doaram livros e outros documentos.

### **Ofertas da nossa BE à Escola EB1 Natália Correia e à ONG Aidglobal**

Também já crescemos, ao ponto, de partilharmos alguma coisa. Oferecemos livros a uma escola vizinha: à EB1, Natália Correia, em Sapadores! Demos-lhes um conjunto de livros infanto-juvenis porque, os nossos jovens, já crescidos, não os liam ou porque havia alguns em duplicado. E, quanto a mim, livro empatado é livro desperdiçado! O melhor é emprestá-lo. Dá-lo. Fizemos um pacote bem bonito e fomos a pé, carregando os livros nos braços.

Oferecemo-los, às crianças. Contámos uma história aos miúdos do 4º ano, com a ajuda do Contador de histórias, do Chapitô, o famoso Fontinha, com quem tenho já desenvolvido trabalho,

neste género de parcerias. E também fizemos uma doação para a ONG portuguesa, *Aidglobal*, que se dedica a equipar bibliotecas, em Moçambique, e a promover o livro e a leitura junto das populações desse país, durante a Campanha “*Embaixadores da leitura, vamos equipar uma biblioteca em Moçambique*”.

### **Correspondência com uma escola de Moçambique: Chibuto**

Motivados por esta dinâmica, trocámos correspondência com uma turma de alunos, de uma escola secundária, do distrito do Chibuto, província de Gaza, em Moçambique, escrevendo postais ilustrados, sobre Lisboa, e falando sobre nós. Um voluntário da *Aidglobal* levou a nossa correspondência e eu, depois, trouxe as respostas. Na minha bagagem vieram belíssimos cartões desenhados à mão, pelos alunos, pois não existem postais, no interior de Moçambique. Os garotos resolveram, engenhosamente, a situação. Verdadeiras obras de arte, esses postais! Os nossos adoraram lê-los e perceber que a sua ação tinha tido resultado. Tinham chegado a um outro continente. Um dos objetivos da Educação para o Desenvolvimento fora atingido: os alunos tinham-se sensibilizado para as realidades de outros povos e percebido que, no mundo, há desigualdades. Daí ser necessário valorizar o que já temos e partilhar com os outros, sempre.

### **O batismo da nossa Biblioteca: Biblioteca de Cidadania Mandela e Malala**

Recentemente pensámos em batizar a nossa BE. Dar-lhe um nome. Mais identidade. Torná-la, até, visível aos

olhos dos outros. No meu pensamento começou a surgir um nome... O nome de um grande homem: humanista, estadista, defensor dos direitos humanos, com uma vida difícil e com o qual os alunos se identificam. Mandela, o Nobel da Paz. Os jovens leem e releem a sua biografia na Biblioteca. Admiram-no. Chamam-lhe Madiba. A nossa Biblioteca só poderia ter o nome de uma pessoa que admirassem muito e que fosse consensual. Falei com os miúdos e propusemos o nome ao Diretor. E até já temos um projeto de crachá/íman com uma pintura do retrato de Mandela, gentilmente cedida por um pintor de Arte Urbana, da Quinta da Fonte, em Loures, para ser aprovado e replicado, de forma a termos uma oferta para os jovens e para as visitas do CEBV. Entretanto, a partir de um trabalho desenvolvido, nas aulas de LC, com as nossas meninas-alunas, sobre o direito à Educação das raparigas, no mundo, mais uma ideia germinou no meu pensamento: pensámos juntar ao nome da Biblioteca Mandela, o de Malala - igualmente Nobel da paz. E contemplar, assim, a vertente feminina do CEBV. Futuramente, a nossa Casa dos livros terá o nome e o estatuto de **Biblioteca de Cidadania Mandela e Malala**.

Muito mais haveria a dizer sobre a nossa pequenina biblioteca em construção e sobre algumas das atividades desenvolvidas pelos jovens, no CEBV, mas os postais ilustrados de hoje ficam por aqui. Prometemos que a sua escrita não acaba. Já temos mais ideias para o futuro. Estamos a pensar num Clube de Cidadania, alojado na nossa BE, cujo nome seria: Martin Luther King, em homenagem a esse grande lutador pelos direitos dos negros, na América, e também muito admirado pelos jovens. ■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos  
**SÓCIOS**

## Contacte-nos



SPGL  
SINDICATO DOS PROFESSORES  
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,  
1070-128 Lisboa  
•Tel: 213819100  
•Fax: 213819199  
•spgl@spgl.pt  
•Direcção: spgldir@spgl.pt  
•www.spgl.pt

**Serviço de Apoio a Sócios**  
•TEL: 21 381 9192  
•apoiosocios@spgl.pt

**Serviço de Contencioso**  
•TEL: 21 381 9127  
•contencioso@spgl.pt

**Serviços Médicos**  
•TEL: 21 381 9109  
•servmedicos@spgl.pt

**Serviços (seguros, viagens, etc.)**  
•TEL: 21 381 9100  
•servicos@spgl.pt

**Centro de Documentação**  
•TEL: 21 381 9119  
•fenprof@fenprof.pt

**Direcção Regional de Lisboa**  
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º  
1070-128 Lisboa  
Tel: 213819100  
Fax: 213819199  
drlisboa@spgl.pt

**Direcção Regional do Oeste**  
•**Caldas da Rainha**  
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B  
2500-329 Caldas da Rainha  
Tel: 262841065 Fax: 262844240  
caldasrainha@spgl.pt  
•**Torres Vedras**  
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,  
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2  
2560-619 Torres Vedras  
Tel: 261311634 Fax: 261314906  
torresvedras@spgl.pt

**Direcção Regional de Santarém**

•**Abrantes**  
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B  
2200-397 Abrantes  
Tel: 241365170 Fax: 241366493  
abrantes@spgl.pt

•**Santarém**  
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.  
2000-232 Santarém  
Tel: 243305790 Fax: 243333627  
santarem@spgl.pt

•**Tomar**  
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.  
2300-460 Tomar  
Tel: 249316196 Fax: 249322656  
tomar@spgl.pt

•**Torres Novas**  
R. Padre Diamantino Martins,  
lote 4-Loja A  
2350-569 Torres Novas  
Tel: 249820734 Fax: 249824290  
torresnovas@spgl.pt

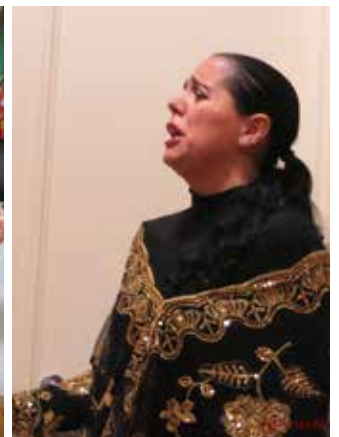
**Direcção Regional de Setúbal**

•**Barreiro**  
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c  
2830-336 Barreiro  
Tel: 212079395 Fax: 212079368  
barreiro@spgl.pt

•**Almada**  
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A  
2800-015 Almada  
Tel: 212761813 Fax: 212722865  
almada@spgl.pt

**O MEU LIVRO QUER OUTRO LIVRO, 25 de janeiro de 2017**

# Conversa com Rui Vieira Nery “Para uma história do Fado”



Fim de tarde cinzento, em Lisboa. Depois das palavras de Teresa Santos a situar o trabalho e as diversas componentes do belíssimo currículo de Vieira Nery, nada melhor que ouvir o seu coração falar: “gosto de música, gosto de refletir e gosto de partilhar!”

E foi assim noite dentro que uma privilegiada sala cheia escutou, atenta e participante, um homem apaixonado pelo que faz, pelo que tem feito. E não parece ser pouco...

Com “um pai, guitarrista, dos melhores”, “uma mãe, fanática de ópera”, “um irmão amante de rock...”, nas palavras de RVN, como poderia ele passar sob esta chuva sem se molhar..., dizemos nós.

E com a maior naturalidade foi dedilhando a sua conversa, explicitando como chegou a esta obra “Para uma história do fado”, que só poderia constituir-se como uma abordagem histórica. E informou sobre as edições que já existem, além da versão em língua portuguesa, em italiano, francês, inglês, entre outras.

Mas foi uma noite também com sur-

presas. Os professores António Parreira e Guilherme Carvalhais e a também professora Adelaide Sofia, não só interpretaram fados, como exemplificaram alguns tipos: o fado corrido – o fado binário; o fado mouraria – uma marcha a 4 tempos; o fado que passa do dó maior para o dó menor – também ele corrido, mas “de estrofe em estrofe” a partir da mesma quadra.

E que bem “estilizados” que foram pela Adelaide!

Agradecendo estes belíssimos momentos, RVN referiu, e recordou-o por diversas vezes, o importante e minucioso trabalho de pesquisa e recolha desenvolvido pelo professor António Parreira desde músicas a letras de fados, versos estróficos, quadras de 7 sílabas, etc., etc... que se encontram hoje reunidos numa obra indispensável para qualquer estudo neste domínio.

O fado que vem do século XVIII, início do séc. XIX, mas que, frisou bem, “não veio do Brasil”. Muito «bebeu», no entanto, do vaivém de gentes idas e vindas, da música e dança populares brasileiras. Até ao final do século XIX

o fado era dança cantada!

E, para melhor compreender o fado, convidou-nos a pensar na Lisboa do séc. XIX, nas pessoas que, com o desabrochar da época industrial acorrem a Lisboa e naquelas que vêm do Brasil e nas franjas de bairros populares que se formam na cintura de Lisboa: a cidade em contato com a zona saloia. O fado é a canção que nasce no seio da classe operária. Com o início do movimento operário começam a ser editadas muitas letras de fado e surgem os primeiros jornais do fado «Guitarra Portugal» e outros.

Distinguiu o fado oitocentista, um fado que vem das festas, que contava histórias, um fado associado ao crime, tipo “correio da manhã da época”..., do fado do século passado, este sim, um fado de saudade. Os primeiros fados eram acompanhados só por violas. Mais, foi ilustrando a sua bem construída e evolutiva “conversa”, com imagens e gravuras da época. E a componente histórica lá estava, nos retratos dos “retiros”, das tabernas, em regra espaços junto das estradas que ligavam



os arredores ao centro de Lisboa, e das casas de fado, onde se “batia o fado”! E as fotos mostravam-no, com o “gingar”, o “bater o pé no chão”...

E partilhou mais: desde muito cedo, a literatura pega nas letras do fado e Eça utiliza-o como elemento de caracterização da personagem, por exemplo em «Eusébio Macário» e «O Primo Basílio».

Na década de 70 do séc. XIX o fado começa a “dignificar-se”, a ser encarado como “música chique” e a ser usado com fins políticos e os textos vão dando testemunho do próprio avanço do movimento operário. Na 1ª República é arma de crítica política. E, todos estes factos foram sendo documentados através da observação de gravuras da

época e recortes da revista «Ilustração Portuguesa».

No início do séc. XX, o fado moderniza-se! Em 1906, aparecem os primeiros discos com gravações de fados. Os fadistas têm de ter “carteira profissional”, um requisito visando combater o preconceito do fado ser cantado por gente menos rica... Alguns cafés e restaurantes, caso do «Café dos Anjos», passam a ter fadistas contratados e os fadistas passam a cantar para um público que não é já da mesma classe social. A partir do 28 de Maio, os fados passam a ser objeto de censura e a necessitar do carimbo de aprovado na letra. Começam a aparecer as Casas de Fado, o que leva os fadistas a dedicarem-se ao fado em exclusividade. O fado passa

a ser um elemento fundamental da Revista. Até o primeiro filme sonoro vai buscar o tema da Severa.

E daí, foi um pulo até aos nossos dias: Amália aparece em 1938; em 1950 começa a cantar poemas de grandes poetas, em 1960 canta Camões.

O fado muda, surgem novos e diferentes intérpretes! É uma paixão!

Em 1999 é inaugurado o Museu do Fado! Em 2011 a Unesco declara o fado Património da Humanidade!

E esta “conversa” só acabou... porque havia um jantar/convívio entre os participantes.

Obrigado Rui Vieira Nery por continuar apaixonado! ■

*Delfina Porto e Luísa Vasconcelos*

## Visita ao Bairro da Cova da Moura Uma iniciativa do Escola Intercultural

Uma **visita ao bairro da Cova da Moura, dia 4 de março**, é a próxima iniciativa do **Grupo Escola Intercultural**. Uma iniciativa que se inscreve claramente nos objetivos do grupo: *Dinamizar e divulgar práticas e projetos interculturais nas comunidades educativas; refletir e aprofundar as diferentes vertentes da interculturalidade.* O Bairro do Alto da Cova da Moura “confunde-se na sua origem com a revolução do 25 de Abril”, como se lembra no *site do Moinho da Juventude*. Ao afluxo inicial dos retornados das ex-colónias seguiu-se, num crescendo, “a chegada de pessoas oriundas dos

países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), especialmente de Cabo-Verde”. Atualmente, estima-se que a população é de 6 mil habitantes, 60% de origem africana.

No bairro, auto-construído, “recriam-se processos de prevalência e de socialização. Originários de sociedades com modos de vida mais espontâneos, fragilizaram-se ao chegar ao bairro como “tripulantes” e actores sociais isolados. Aqui, reconstruíram redes de interação e rituais de inserção social, uma forte componente de vida comunitária”.

É com esta realidade que teremos oportu-

tidade de contactar, numa visita guiada no quadro do projeto **Sabura** (expressão crioula que significa “apreciar aquilo que é bom, saborear”), um projeto do Moinho da Juventude que tem como objetivo desenvolver visitas que visam mostrar que “a realidade é bem diferente da estigmatizada pela comunicação social que confunde acontecimentos pontuais e fraturantes com um quotidiano e vivências normais”. Brevemente daremos mais informações sobre esta visita. ■

Para saber mais da realidade do bairro: <http://www.moinhodajuventude.pt/>

## Legislação

### I Série

• **Resolução da Assembleia da República n.º 242/2016 - Diário da República n.º 247/2016, Série I de 2016-12-27** 105606610

Assembleia da República  
Recomenda ao Governo que adote medidas para a promoção do sucesso escolar

• **Resolução da Assembleia da República n.º 243/2016 - Diário da República n.º 247/2016, Série I de 2016-12-27** 105606611

Assembleia da República  
Recomenda ao Governo a promoção do sucesso escolar através de um estratégico e adequado dimensionamento de turmas

• **Resolução da Assembleia da República n.º 244/2016 - Diário da República n.º 247/2016, Série I de 2016-12-27** 105606612

Assembleia da República  
Recomenda ao Governo a progressiva redução do número de alunos por turma

• **Lei n.º 42/2016 - Diário da República n.º 248/2016, Série I de 2016-12-28** 105637672

Assembleia da República

Orçamento do Estado para 2017

• **Decreto-Lei n.º 86-A/2016 - Diário da República n.º 249/2016, 3.º Suplemento, Série I de 2016-12-29** 105658704

Finanças  
Define o regime da formação profissional na Administração Pública

• **Decreto-Lei n.º 86-B/2016 - Diário da República n.º 249/2016, 3.º Suplemento, Série I de 2016-12-29** 105658705

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social  
Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2017

• **Portaria n.º 4/2017 - Diário da República n.º 2/2017, Série I de 2017-01-03** 105687067

Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social  
Portaria que procede à atualização anual do valor do indexante dos apoios sociais (IAS)

• **Portaria n.º 9/2017 - Diário da República n.º 4/2017, Série I de 2017-01-05** 105703293

Educação  
Identifica as unidades orgânicas de ensino da rede pública do Ministério da Educação, constituídas por agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas a funcionar no ano escolar de 2016-2017

• **Decreto-Lei n.º 7/2017 - Diário da República n.º 6/2017, Série I de 2017-01-09** 105726273

Saúde  
Cria o Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I. P

### II Série

• **DESPACHO N.º 14558/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 231/2016, SÉRIE II DE 2016-12-02** 105295211

Educação - Direção-Geral da Educação  
Lista de entidades acreditadas pela DGE como avaliadoras e certificadoras de

manuais escolares, do ano de 2016

• **Recomendação n.º 1/2016 - Diário da República n.º 241/2016, Série II de 2016-12-19** 105382844

Educação - Conselho Nacional de Educação  
Recomendação sobre a condição docente e as políticas educativas

• **Aviso n.º 16015-C/2016 - Diário da República n.º 245/2016, 1.º Suplemento, Série II de 2016-12-23** 105604797

Educação - Gabinete do Ministro  
Torna-se público que, por um período de seis meses, contados da data da publicação do presente Aviso, podem os docentes exercer o direito a ser ressarcidos pelo valor pago na inscrição, consulta e reapreciação da prova de avaliação de conhecimentos e capacidades

• **Despacho n.º 15646/2016 - Diário da República n.º 249/2016, Série II de 2016-12-29** 105646446

Finanças - Gabinete do Ministro  
Sobretaxa do IRS

• **Portaria n.º 2/2017 - Diário da República n.º 2/2017, Série II de 2017-01-03** 105678903

Finanças e Educação - Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento e da Educação

Autoriza a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares a assumir os compromissos plurianuais no âmbito dos contratos-programa a celebrar com as escolas privadas que ministram cursos vocacionais de nível secundário

• **Despacho n.º 436-A/2017 - Diário da República n.º 5/2017, 1.º Suplemento, Série II de 2017-01-06** 105711800

Educação - Gabinete do Ministro  
É aprovado o Orçamento Participativo das Escolas que tem como objetivos contribuir para as comemorações do Dia do Estudante e estimular a participação cívica e democrática dos estudantes

• **Despacho n.º 843-A/2017 - Diário da República n.º 10/2017, 1.º Suplemento, Série II de 2017-01-13** 105761397

Finanças - Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais  
Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o ano de 2017

• **Despacho n.º 843-B/2017 - Diário da República n.º 10/2017, 1.º Suplemento, Série II de 2017-01-13** 105761398

Finanças - Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais  
Aprova as tabelas de retenção na fonte da sobretaxa a aplicar aos rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas em 2017



## ESPAÇO ANTÓNIO BORGES COELHO (ABC)



**9 de fevereiro**  
**às 18.30**  
**OS VAMPIROS**

Algo de diferente no ESPAÇO ABC. De diferente porque se trata simultaneamente de apresentar um livro (composto exclusivamente por pranchas de banda desenhada) e da inauguração de uma exposição constituída precisamente por várias dessas pranchas de BD. VAMPIROS é uma obra de Filipe Melo e versa a guerra colonial. Marque na sua agenda porque vai mesmo valer a pena. E ainda está a tempo de se deliciar com as esculturas de António Pedro!

## Formas de extinção do vínculo de emprego público (continuação)

**D**ando sequência à matéria que tenho vindo a tratar nas últimas rúbricas do Consultório Jurídico, nesta vou finalmente dar a conhecer a última causa comum da extinção do vínculo público de emprego (a extinção por acordo). O regime jurídico referente a esta forma de extinção encontra-se regulada nos artigos 295º e 296º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho. Nos termos deste quadro legal, o acordo só pode ocorrer se cumulativamente se verificarem dois requisitos, a saber:

- A comprovação da "... obtenção de ganhos de eficiência e a redução permanente de despesa para o empregador público, designadamente pela demonstração de que o trabalhador não requer substituição;
- A demonstração da existência de disponibilidade orçamental, no ano da cessação, para suportar a despesa inerente à compensação a atribuir ao trabalhador".

Para além disso, a celebração do acordo depende sempre da prévia autorização dos membros do governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública e ainda do membro do Governo que detenha poderes de direção sobre o empregador público em questão.

No caso do trabalhador reunir as condições para aceder ao mecanismo legal de antecipação da aposentação (seja nos termos do regime de proteção social convergente ou no regime de flexibilização ou antecipação da idade de pensão de velhice no regime da segurança social), o acordo de extinção também depende da demonstração de redução efetiva da despesa e de autorização

prévia do membro do Governo responsável pela área das Finanças.

A celebração do acordo em questão determina o pagamento de uma compensação monetária ao trabalhador a qual deve ficar devidamente discriminada no mesmo. Se for o caso, também dele deve constar a quantia relativa a créditos vencidos que são exigíveis pelo facto de ocorrer a extinção do vínculo. A referida compensação corresponde, no máximo, a 20 dias de remuneração base por cada ano completo de serviço sendo calculada tendo em conta que o valor diário da remuneração base resulta da divisão por 30 da remuneração base mensal do trabalhador e, no caso de fração de ano, proporcionalmente. A lei prevê um limite ao montante da referida compensação ao determinar que o mesmo não pode exceder o montante das remunerações base a auferir pelo trabalhador até à idade legal da reforma ou aposentação. Para além disso, impede o trabalhador abrangido de constituir um novo vínculo de trabalho em funções públicas, em qualquer das suas modalidades (contrato de trabalho em funções públicas, a termo ou sem termo, nomeação e comissão de serviço) com qualquer órgão ou serviço da administração direta e indireta do Estado, da administração regional ou local ou com quaisquer outros órgãos do Estado. Este impedimento tem uma duração correspondente ao quadruplo dos meses da compensação recebida pelo trabalhador, no âmbito do acordo por extinção celebrado.

Para informações complementares recomenda-se, como sempre, a deslocação aos serviços de apoio a sócios do SPGL. ■